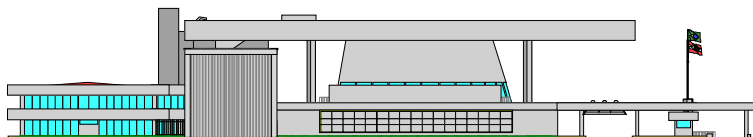


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 10 DE MAIO DE 2012

NÚMERO 6.411

**MESA**

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4ª SECRETÁRIA**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Edison Andrino

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL**  
Líder: Ângela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Serafim Venzon  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Sivio Dreveck  
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Jean Kuhlmann  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Aldo Schneider  
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Jorge Teixeira  
Angela Albino  
Manoel Mota  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Dado Cherem  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Gilmar Knaesel - Presidente  
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Marcos Vieira  
Mauricio Eskudlark  
Dirce Heiderscheidt  
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente  
Altair Guidi - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Dieter Janssen  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Dado Cherem  
Angela Albino  
Silvio Dreveck  
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA  
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Dieter Janssen  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
José Nei Alberton Ascari  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Volnei Morastoni - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Serafim Venzon  
Valmir Comin  
Dieter Janssen  
Sargento Amauri Soares  
Mauro de Nadal

**COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL**

Kennedy Nunes - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch  
Angela Albino  
Mauricio Eskudlark  
Dado Cherem

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;"><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p style="text-align: center;"><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 013ª Sessão Especial realizada em 03/05/2012.....2 Ata da 043ª Sessão Ordinária realizada em 08/05/2012.....5 Ata da 044ª Sessão Ordinária realizada em 08/05/2012.....9</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa..... 18</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Ata de Comissão Permanente..... 19 Aviso de Licitação .....20 Ofícios .....20 Portarias.....21 Projetos de Lei .....23 Projeto de Lei Complementar ..... 24</p>
---	--	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 013ª SESSÃO ESPECIAL

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2012

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

### HOMENAGEM AO CTG OS PRAIANOS PELA PASSAGEM DOS SEUS 40 ANOS DE FUNDAÇÃO

### SOLICITAÇÃO DEPUTADO DIRCEU DRESCH

#### SUMÁRIO

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Ressalta a importância social do CTG Os Praianos por fomentar valores como o respeito mútuo, o convívio, a paz, o civismo e a união familiar.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Ressalta que o CTG Os Praianos é destaque em âmbito nacional e um orgulho para Santa Catarina.

**PATRÃO EVILÁSIO DE OLIVEIRA SOUZA** - Afirma que uma das principais bandeiras do tradicionalismo gaúcho é promover o combate à violência e o amor aos animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as autoridades que serão nominadas para compô-la.

Excelentíssimo senhor deputado Dirceu Dresch, proponente da presente sessão;

Senhor Evilásio de Oliveira Souza, neste ato representando o CTG Os Praianos;  
Senhor Afonso Borghezán, presidente do Conselho de Vaqueiros do CTG Os Praianos;

Senhor Paulo Vieira, ex-secretário da Assistência Social do município de São José;

Senhor Luiz Viegas, chefe-de-gabinete do prefeito Djalma Berger, de São José.

Senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação do deputado Dirceu Dresch e aprovada por unanimidade pelos demais deputados, em homenagem ao Centro de Tradições Gaúchas Os Praianos, na passagem dos seus 40 anos.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional por Cristaldo Souza, no acordeão.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Temos a honra de convidar o deputado Dirceu Dresch, proponente da presente sessão especial, para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, deputado Reno Caramori, prezadas lideranças e patrão do CTG Os Praianos, é uma alegria muito grande estar com todos vocês que lutam e mantêm acesa a chama do tradicionalismo.

Senhoras e senhores, o olhar atencioso de cada um e cada uma nos dá a intensidade, a importância deste momento, que para mim é especial, pois comemoramos os 40 anos de fundação do CTG Os Praianos. É importante estarmos integrados para homenagear aqueles que difundem o tradicionalismo gaúcho como forma de socialização e através de eventos de grande porte.

Os rodeios são um espaço de congregação familiar, proporcionam

cultura e lazer. O tradicionalismo gaúcho é entendido como cultura porque trabalha com valores muito importantes da sociedade, porque trabalha valores fortes, como a família, o respeito, o convívio sem violência e sem drogas. Nunca se vê qualquer desavença em rodeios ou em atividades artísticas. As letras das músicas retratam valores, o conteúdo fala do passado e do futuro, estimulando a coragem de lutar por aquilo que é certo, justo, honesto e verdadeiro com total transparência e lisura.

O Movimento Tradicionalista Gaúcho é uma entidade cívica, sem fins lucrativos, associativa, dedicada à preservação, ao resgate e ao desenvolvimento da cultura gaúcha. Compreende que o tradicionalismo é um organismo social de natureza nativista, cívica, cultural, literária, artística e folclórica.

O tradicionalismo está presente em boa parte dos estados da federação, visando ao seguinte:

→ auxiliar o estado na solução de seus problemas fundamentais e na conquista do bem coletivo;

→ cultivar e difundir nossa história, nossa formação social, nosso folclore, enfim, nossa tradição, como substância basilar da nacionalidade;

→ promover, no meio do nosso povo, uma retomada de consciência dos valores morais;

→ facilitar e cooperar com a evolução e o progresso, buscando harmonia social, criando a consciência do valor coletivo, combatendo e enfraquecimento da cultura comum e a desagregação que resulta;

→ zelar pela pureza e fidelidade dos nossos costumes autênticos, combatendo todas as manifestações individuais ou coletivas que artificializem ou descaracterizem as nossas coisas tradicionais;

→ revalidar e reafirmar os valores fundamentais da nossa formação, apontando às novas gerações rumos definidos de cultura, civismo e nacionalismo.

A homenagem ao CTG Os Praianos é uma forma de reconhecer publicamente o esforço da entidade em manter viva a cultura tradicionalista, um trabalho reconhecido pelos demais CTGs do estado.

O livro *CTG Os Praianos - 30 anos de tradição*, de Jairo Lisowski e Ilário Arent, retrata o início de sua história, as conquistas e todos aqueles que assumiram a patronagem.

Na ocasião, há exatos 40 anos, por unanimidade Valmor Schmidt foi consagrado como primeiro patrão da sociedade. Depois dele se sucederam 21 patrões, sendo que o atual patrão é Evilásio de Oliveira Souza, que está sentada à mesa de honra nesta noite.

O músico e compositor de música nativista do Rio Grande do Sul, João Chagas Leite, retrata bem a saudade e as lembranças do tradicionalismo, quando assim se expressa:

'Meus desassossegos sentam na varanda,  
Pra matear saudade nesta solidão,  
Cada por de sol, dói feito uma brasa,  
Queimando lembranças, no meu coração.'

Com o coração ardendo de alegria nesta noite, quero, em nome desta Casa Legislativa, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, cumprimentá-los pela belíssima história que construíram ao longo desses 40 anos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Queremos registrar a presença das seguintes personalidades:

Senhor José Aírton Muniz, diretor de Marketing do CTG Os Praianos;

Senhora Fátima Costa, vice-coordenadora artística do Movimento Tradicionalista Gaúcho de Santa Catarina;

Senhor Almerindo dos Anjos, segundo sota-capataz do CTG Os Praianos; e

Senhor Antônio Rogério Araújo Ramos, neste ato representando o senhor Pedro Cavalheiro de Almeida, presidente do Sindicato Rural de Florianópolis.

Neste momento passamos a condução dos trabalhos ao deputado Dirceu Dresch, proponente da presente sessão especial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Convido o deputado Reno Caramori para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, ao cumprimentá-lo pela brilhante ideia, queremos cumprimentar todos os parlamentares desta Casa que aprovaram o requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que ensejou a realização desta importante sessão.

Cumprimento o nosso patrão desse CTG tão importante para Santa Catarina, cumprimento a sua diretoria, todos os seus componentes, quer sejam da área campeira, quer sejam da área artística e culinária, enfim, aqueles que fazem mantêm viva essa tradição tão bonita.

Cumprimento os demais componentes da mesa já nominados, as senhoras, os senhores que aqui estão abrilhantando essa noite festiva.

Este deputado falar de tradicionalismo pode até parecer suspeito, patrão, porque nasci no Rio Grande do Sul, na cidade de Getúlio Vargas, mas no dia 10 de abril fui batizado catarinense, pois recebi nesta Casa o título de Cidadão Catarinense. Portanto, segundo os açorianos, sou cataúcho; eles são os barrigas-verdes e nós somos os cataúchos.

Disse isso apenas para descontraí-lo um pouquinho, mas o que vale, meu querido patrão Evilásio, é a ideia do tradicionalismo e não sei se ela foi dos argentinos, dos uruguaios ou dos índios, pois existem muitas histórias que contam a origem dessa tradição.

Entretanto, o que nos engrandece é que o Rio Grande do Sul cultuou essa ideia por muitos anos, foi aprimorando-a e levou-a para o resto do Brasil, entregando também a responsabilidade dos amantes da tradição a sempre a preservar.

Em Santa Catarina, deputado Dirceu Dresch, só temos do que nos orgulhar porque em todos os rodeios de Vacaria poucas foram as vezes em que não fomos campeões de quase todas as modalidades. Igual ao Colorado, campeão de tudo!

Este estado, senhoras e senhores, tem dado exemplo - e tenho dito isto para o tio Preto - para muito CTGs do Rio Grande do Sul. Eu me criei no CTG Vaqueiro da Cultura, do município de Viamão, nos idos anos de 63/64. Eu era piazinho e já participava das gineteadas campo afora nos domingos, na dança da chula, nas brincadeiras de galpão, na declamação. Tratava-se de um CTG que era uma escola, onde procurávamos propagar não apenas a origem do tradicionalismo, mas os costumes, a culinária e muitas vezes éramos chamados de grossos. Confesso que eu até gostava, porque quando íamos a algum evento diziam assim: "Os grossos da ETA - Escola Técnica de Agricultura - chegaram".

A verdade, patrão, é que nos orgulhamos de tudo isso porque de lá conseguimos trazer para Santa Catarina, em 1964, os rastros do que aprendemos na minha infância, na minha mocidade, fazendo com que não esquecêssemos as nossas raízes. E não esquecemos.

Tenho participado de quase todos os rodeios da 4ª Região e dos arredores, sempre mostrando às autoridades o quanto é importante que participem desses eventos. Além disso, é muito importante o aconselhamento do MTG aos CTGs que promovem rodeios, a fim de que quando lá se apresentar uma autoridade constituída lhe seja oferecida a palavra, não para fazer política, nem falar do seu partido, mas para falar de tradição, para engrandecer esse movimento, essa cultura, que nasceu há tantos anos e que alguns abnegados difundem como se fora uma doutrina.

Nesta Casa já homenageamos, em outras oportunidades, o MTG. Inclusive, foi aprovado nesta Casa projeto de lei de autoria do deputado Luiz Basso tornando a indumentária gaúcha traje oficial equiparada ao terno.

Também tive a oportunidade de, em 2010, apresentar um projeto de lei declarando integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina as festividades realizadas pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho. Hoje isso é lei, pois o projeto foi sancionado pelo então governador Luiz Henrique da Silveira.

Deputado Dirceu Dresch, quando aqui discutíamos a farra do boi e um deputado disse que aquela prática não era diferente de um torneio de laço. Eu disse ao deputado que ele não sabia o que era um torneio de laço, durante o qual o MTG

proíbe qualquer golpe que não faça parte do fechar armada, proíbe que maltrate qualquer animal. Inclusive, mostrei-lhe que já se inventou um cabresto para laçar o boi mocho, nas regiões em que não há boi aspado, a fim de não maltratar o bicho. Assim, foi inventado em Campo Belo do Sul um cabresto de couro e metal que é colocado nos bois mochos.

O que quero dizer é que não é admissível a comparação da farrá do boi com um torneio de laço, com uma gineteada, porque na farrá, o boi é maltratado até quase à morte e depois é sacrificado. É lógico que a espora muitas vezes até judia um pouquinho do animal, mas são poucos segundos.

Então, senhoras e senhores, esses valores têm que ser cultuados e repassados para os nossos filhos. Tenho dito que num rodeio dentro de um CTG nós usamos *crack*, mas é craque no laço, craque na gineteada, craque na tradição, craque na invernoada artística! Esses são os craques que usamos e não o *crack* do cachimbo! O nosso craque tem outra grafia, embora tenha a mesma pronúncia. Os nossos craques valorizam a família, valorizam o respeito entre as gerações. As famílias dos nossos craques se reúnem aos domingos para declamar, para tocar gaita; a piazada brinca na vaca parada, aprendendo o laço; as mulheres preparam a comida no acampamento, enquanto o avô toma um chimarrão e as prendas embelezam o rodeio e são respeitadas por todos. Ali não se vê valente querendo exibir-se, ali todos têm uma disciplina rigorosa e são exemplo para muitas outras modalidades de esporte.

Meus parabéns ao CTG Os Praianos, meu parabéns a todos vocês! Parabéns àqueles que amam essa tradição! Parabéns pela belíssima ideia de trazer o encantador de cavalos! Todos ficaram encantados e sugiro que vocês reproduzam o DVD e espalhem por todos os CTGs para que os piquetes saibam o quão importante é o tratamento decente do homem para com o animal.

Por tudo isso, quero cumprimentar cada um e mais uma vez dou os meus parabéns a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Agradeço ao deputado Reno Caramori e convido a mestre-de-cerimônias Juliane Gonçalves Rocha para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Juliane Gonçalves Rocha) - Neste momento o Poder Legislativo de Santa Catarina presta homenagem ao Centro de Tradições Gaúchas Os Praianos na passagem dos seus 40 anos.

Convido o sr. deputado Dirceu Dresch, acompanhado do sr. deputado Reno Caramori, para fazer a entrega da homenagem ao sr. Evilásio de Oliveira Souza, neste ato representando o CTG Os Praianos, que está acompanhado de sua esposa, sra. Neli Felipe de Souza.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o patrão Evilásio de Oliveira Souza e o sr. Afonso Borghezán, presidente do Conselho de Vaqueanos do CTG Os Praianos, para fazer a entrega de troféu de homenagem especial dos CTG Os Praianos ao sr. deputado Gelson Merisio, presidente deste parlamento, neste ato representado pelo sr. deputado Dirceu Dresch.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, recebe também o troféu o sr. deputado Dirceu Dresch.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convido o xiru das falas do CTG Os Praianos, Antônio Rogério Bueno, para dar continuidade a esta cerimônia.

O SR. ANTÔNIO ROGÉRIO BUENO - Cumprimento os srs. deputados Dirceu Dresch e Reno Caramori e em seu nome cumprimento as senhoras e senhores.

Nesta noite de homenagem aos 40 anos do CTG Os Praianos, quero apresentar a boa música e a boa dança do nosso CTG.

(Procede-se à interpretação de músicas e à apresentação de danças.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - A seguir fará uso da palavra o patrão Evilásio de Oliveira Souza.

O SR. EVILÁSIO DE OLIVEIRA SOUZA - (Passa a ler.)

"Sr. deputado Dirceu Dresch, autor do requerimento para a realização desta sessão especial, prezado deputado Reno Caramori, nosso CTG está em festa não só pelo rodeio que está realizando, mas porque neste ano nossa entidade completa 40 anos de rodeio e tradição. Uma festa que começou com apenas 12 amigos que gostavam de brincar de laçar o gado, num redondel, hoje virou muito mais do que uma festa tradicionalista, passou a ser uma importantíssima festa popular, com repercussão nacional e, por que não dizer, mundial.

Neste ano foi dada de presente aos sócios, à comunidade e aos que amam o cavalo, uma atração internacional: o sr. Monty Roberts, o encantador de cavalos, que deixou todos inebriados com sua apresentação. Foi um *show* que valeu a pena porque a mensagem principal do sr. Roberts no trato com os animais foi o seguinte: 'Violência não é a resposta' - e este é o objetivo principal do CTG com esse evento: ensinar o amor aos animais e nunca usar a violência.

Estamos orgulhosos em realizar o 40º Rodeio dos Praianos, uma data importante para a nossa entidade. Só temos que agradecer às pessoas, que de uma maneira ou de outra, contribuíram para que essa grande festa esteja acontecendo, entre elas: o governo do estado, a prefeitura municipal de São José, os deputados desta Casa Legislativa, os nossos patrocinadores, a nossa patronagem, os nossos funcionários e voluntários, enfim, agradecer de coração o

empenho e a dedicação de todos, que deram o melhor de si para que tudo se realizasse.

Nobres deputados, quero finalizar agradecendo o convite desta nobre Casa, dizendo que o CTG está de portas abertas para receber v.exas. até domingo e para nós será um imenso prazer tê-los em nossa casa tradicionalista.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Peço a deputado Reno Caramori que retome a condução da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Teremos agora a apresentação do deputado Dirceu Dresch na gaita.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Esta gaita recebi de herança do meu pai, que além da gaita, tocava um pouco de acordeona.

Vou interpretar a música *Lembranças*, da autoria de Porca Vêia.

(Procede-se à interpretação da música.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Devolvo a presidência da sessão ao deputado Dirceu Dresch.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Quero agradecer a presença de todos nesta Casa, presença que é muito importante para o Parlamento, no momento em que o CTG Os Praianos completa 40 anos de sua fundação.

Gostaria de destacar que esta sessão está sendo transmitida pela TVAL para todo o estado de Santa Catarina.

Mais uma vez agradeço ao deputado Reno Caramori, que nos acompanhou até o final desta sessão; ao amigo Evilásio de Oliveira Souza, patrão do CTG Os Praianos; ao presidente do Conselho dos Vaqueanos, Afonso Borghezán; ao sr. Paulo Vieira, secretário de Assistência Social do município de São José, e ao sr. Luis Viegas, chefe-de-gabinete do prefeito de São José. Agradeço ainda ao xiru das falas e a Antônio Rogério Bueno.

Aproveito a oportunidade para convidar todos aqueles que nos estão assistindo para o grande rodeio que ocorrerá neste final de semana no CTG Os Praianos.

A Presidência agradece a presença das personalidades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento e convida-os para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para o dia 8 de maio, às 10h, conforme calendário especial.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 043ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2012

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

#### SUMÁRIO

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Afirma que os bancos precisam ter segurança privada para impedir os roubos de caixas eletrônicos.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Destaca a posição de Bom Jardim da Serra como o município número 1 do Brasil em gestão fiscal.

**DEPUTADO ALTAIR GUIDI** (aparte) - Afirma que os municípios catarinenses precisam avançar mais em gestão fiscal.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Ressalta a gravidade da falta de segurança pública no estado.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Manifesta-se a favor da redução do número de SDRs.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** (aparte) - Apóia a posição do deputado Valmir Comin.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Critica o modelo das secretarias de Desenvolvimento Regional.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** (aparte) - Opina que o governo deve rever o modelo das SDRs.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Ressalta que a PEC será votada na sessão da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham através dos nossos meios de comunicação, vou abordar um assunto que praticamente acontece dia sim, dia não: os arrombamentos de caixas eletrônicos que são instalados em vários locais, inclusive em

bancos, fruto da era digital, que permite que movimentemos eletronicamente recursos financeiros.

Lembro-me que há dez anos ou 12 anos, quando eu era deputado federal, havia um movimento muito grande por parte dos bancários que eram contrários à instalação de caixas eletrônicos, à digitalização do sistema, porque isso significaria uma queda do número de empregos nesse setor.

Então, no meu entendimento, o arrombamento dos caixas eletrônicos é responsabilidade exclusiva dos bancos. Por que a Polícia Militar ou a sociedade têm que utilizar pessoas que poderiam estar fazendo a segurança em outros lugares para cuidar de bancos?

Todos os brasileiros acompanharam pela imprensa as notícias dando conta de que os bancos arrecadaram, no ano passado, R\$ 194 bilhões em juros. Considerando que somos 190 milhões de brasileiros, é a mesma coisa que dizer que cada brasileiro pagou, de juros, R\$ 1 mil por ano. O lucro dos bancos foi de mais de 25%, mas estão reclamando do arrombamento dos caixas eletrônicos e exigindo policiamento público para proteger seu patrimônio!

Não sou a favor do arrombamento dos caixas eletrônicos, muito pelo contrário! Mas por acaso na sua rua há algum policial cuidando do seu patrimônio? Não, ele está rodando pela cidade. Ele cuida da segurança de maneira geral e da mesma maneira pode até cuidar do banco. Mas quem deve cuidar do patrimônio do banco deve ser o próprio banco, porque o seu lucro não é dividido com ninguém. Os bancos possuem recursos, sim, para instalar um sistema de vigilância permanente e para ter alguém cuidando do sistema.

O Projeto de Lei n. 0103/2012, cujo autor é o deputado Darci de Matos, ao qual foi pensada proposição de autoria da então deputada estadual Ideli Salvatti, que se transformou na Lei n. 10.505, que dispõe sobre a segurança para o funcionamento de estabelecimentos financeiros e dá outras providências, diz que fica vedado o financiamento dos estabelecimentos financeiros que não possuam, concomitantemente, o sistema de segurança elencado nessa lei. Quer dizer, teoricamente, o banco não pode funcionar se não colocar um sistema que proteja o seu patrimônio, mas o dinheiro que está depositado na conta é do banco e cabe ao mesmo fazer a sua proteção e não ao estado.

Resumindo, ressalto que os bancos devem cumprir aquilo que prevê a lei; assim, onde há caixa eletrônico deve haver segurança.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, assomo à tribuna nesta manhã para repercutir notícia publicada no *Diário Catarinense*, que destaca o município de Bom Jardim da Serra como o de melhor gestão no Brasil. O município administrado pelo prefeito Ilton Luiz Machado é o município número 1 do Brasil.

A coluna da Mayara Rinaldi, de 7 de maio, diz o seguinte:

(Passa ler.)

“Cofres Públicos

Santa Catarina está no topo em gestão municipal. Pesquisa nacional destaca desempenho de prefeituras do estado. Bom Jardim da Serra é a líder.

Santa Catarina aparece em primeiro na lista do Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS) de 2010, da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), divulgado neste final de semana.

O estado teve a melhor média entre os 27 da Federação, e a cidade de Bom Jardim da Serra ficou em primeiro lugar no *ranking* de municípios de todo o país.

O índice da CNM varia entre 0 e 1 e está dividido em três subíndices: fiscal, gestão e social. A avaliação fiscal considera endividamento, suficiência de caixa, gasto com pessoal e superávit primário. A gestão leva em conta custeio da máquina, investimento, custo do legislativo e custo *per capita* do Legislativo. O subíndice social avalia gastos com educação e saúde.

A média nacional em 2010 foi de 0,479 - há uma pequena queda em relação a 2009, que foi de 0,490. Na avaliação geral, duas das áreas analisadas tiveram desempenho negativo. Enquanto a média fiscal aumentou de 0,492 para 0,501, a gestão caiu de 0,426 para 0,413 e a social de 0,553 para 0,522.

A média catarinense foi de 0,525, seguida pelo Rio Grande do Sul (0,517) e por São Paulo (0,506). O município de Bom Jardim da Serra obteve a média de 0,635 (24,5% de crescimento em relação ao ano anterior) e está entre os 30 do país que mais avançaram. O melhor desempenho da cidade foi no critério fiscal, com índice de 0,961.”[sic]

Portanto, é gratificante porque a Lei de Responsabilidade Fiscal veio para ficar. E no âmbito de mais de cinco mil municípios da federação, ter um município catarinense, administrado hoje por um progressista, o companheiro Ilton Luiz Machado, no topo do

ranking, realmente eleva o nome de Bom Jardim da Serra no cenário nacional e, conseqüentemente, eleva o estado de Santa Catarina diante dos demais estados da federação.

O Sr. Deputado Altair Guidi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não, v.exa. foi prefeito do município de Criciúma e lá desenvolveu uma grande gestão.

O Sr. Deputado Altair Guidi - Deputado Valmir Comin, lamento esses índices porque a nota máxima é 1,0, e ninguém alcançou 1,0. Nós somos os melhores dentre os piores, e isso é lamentável, pois acredito que 0,6 está bem distante de 1,0.

Nós temos que avançar, principalmente nós, em Santa Catarina. Nossos índices são os melhores na Educação e na Saúde, mas novamente somos os melhores entre os piores. Nós temos que avançar muito, pois temos potencial para tanto!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Eu agradeço ao deputado Altair Guidi por suas considerações.

A matéria do *Diário Catarinense* traz também a opinião de alguns moradores do município de Bom Jardim da Serra.

(Passa a ler.)

“Soube da conquista pelo jornal e até fiquei surpreso. Isso levanta a autoestima da população e desperta o interesse dos empresários para investirem aqui.” (Leo Argevi Machado Vieira - 51 anos - professor)

“Ouvi falar da conquista, e é uma pena uma cidade como esta não se desenvolver mais. Falta muita coisa, claro, mas é um ótimo lugar. Em termos de qualidade de vida, aqui é perfeito.” (Maria Von Semenov - 57 anos - proprietária de pousada)

“É motivacional. Mas há bastante a melhorar. Como aqui é a capital das águas, e o esgoto vai para os rios, sugiro que as economias sejam investidas em saneamento e estradas.” (Plabo Macedo - 31 anos - bancário) [sic]

É evidente que há necessidade de mais investimentos não só em Bom Jardim da Serra, mas em todos os 293 municípios do estado de Santa Catarina. Mas é preciso destacar a responsabilidade, o compromisso e o zelo com o dinheiro público, o dinheiro do cidadão comum, que paga impostos, que todo administrador público deve ter.

Por isso, é preciso enaltecer e parabenizar a administração municipal de Bom Jardim da Serra, pelo reconhecimento nacional ao seu bom desempenho em gestão fiscal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Registramos a presença de inúmeros joinvilenses nesta Casa, que estão representando os mais diversos segmentos da sociedade, em especial o presidente da Câmara de Vereadores, o presidente da Acij, nosso querido amigo Udo Döhler, o meu amigo Nego, da *Pizzaria do Nego*, que também faz parte da comitiva, e a Ajorpeme.

Agradecemos a presença de todos e desejamos que se sintam à vontade.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra, por até 14 minutos, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, quero fazer uma saudação especial aos meus amigos de São Miguel d'Oeste aqui presentes: Alfredo, Célio e Jucimar.

Ouvi atentamente as palavras do deputado Serafim Venzon a respeito dos problemas com os caixas eletrônicos, e o problema é bem mais grave do que imaginamos. O deputado Serafim Venzon falava sobre a obrigatoriedade de os bancos colocarem vigilantes permanentes em todos os locais onde haja caixa eletrônico em funcionamento.

Infelizmente, neste final de semana tivemos mais um roubo, desta feita ao caixa eletrônico instalado no Detran, tendo o guarda que estava no local sido rendido pelos marginais. A audácia, a violência dos marginais, é muito grande, é descabida, deputado Kennedy Nunes.

Depois de ler as matérias dos jornais dos últimos dias, quero enaltecer a atuação tanto da Polícia Militar, que tem realizado algumas prisões, quanto da Polícia Civil, que desbaratou uma quadrilha perigosa. Numa ação anterior, essa mesma quadrilha, no município de Penha, entrou em confronto com a Polícia, e um marginal morreu.

Os delegados da Deic têm trabalhado bastante, e cito o delegado Diego Azevedo, da divisão de Furtos e Roubos, o delegado Cláudio Monteiro, da delegacia de Tóxicos, que vinha trabalhando nessas investigações, assim como toda a equipe da Deic que está mobilizada nessa questão de roubo a caixas eletrônicos: a delegada Ana, o delegado Laurito Akira Sato, que é também um profissional competente, experiente e dedicado. Enfim, todas as equipes têm-se empenhado muito.

Nas últimas prisões ficou evidenciado que o PCC, deputado Padre Pedro Baldissera, criou uma escola do crime numa área rural entre Itajaí e Camboriú, montando com tonéis uma estrutura destinada a treinar os comparsas de como têm que fazer a vigilância, como têm que andar, como têm que utilizar o fuzil etc.

Nós, catarinenses, estamos acompanhando esse problema grave que não é somente dos bancos, é também de segurança pública. Chegamos quase ao ponto de tirar um equipamento que hoje se tornou essencial para o cidadão para poder resolver o problema dos arrombamentos. Então, o problema é muito mais grave. A criminalidade está crescendo até porque, como já dissemos desta tribuna, os marginais têm migrado de outros estados para o nosso. Por isso precisamos fortalecer as instituições de combate ao crime, fortalecer a Polícia Militar, com o policiamento preventivo, e a Polícia Civil, na investigação, no combate e na identificação dessas quadrilhas.

É um trabalho demorado, porque depois do crime o local é periciado, são mapeados os veículos utilizados, é analisada a forma como os marginais agiram, e só

depois é que a Polícia começa a montar o quebra-cabeça, a fazer monitoramento telefônico, para conseguir identificar os marginais. Citei o caso de um município, mas é um problema de todo o estado de Santa Catarina.

Assim sendo, precisamos agir com muito rigor, tanto que esse assunto está sendo veiculado em todos os jornais, uma vez que existe essa preocupação do cidadão catarinense, e isso tem que servir de alerta para todas as autoridades de segurança que precisam conscientizar-se de que o problema é mais grave e merece mais atenção do que está tendo.

Há necessidade urgente de valorizar o trabalho policial, de valorizar o agente de segurança pública. E tenho em mãos o mapa dos quadros da Polícia Civil dos últimos cinco anos. Em 2007, somente na Polícia Civil, houve a baixa de 133 policiais: oito falecimentos, 108 aposentadorias e 17 exonerações. Em 2001 tivemos sete falecimentos, 54 aposentadorias, 52 exonerações, ou seja, 113 baixas no total nos quadros da Polícia Civil do nosso estado. De 2007 até 2012, tivemos 766 baixas, num quadro de pouco mais de três mil policiais. Foi realizado em 2010 o maior concurso da história da Polícia Civil, com 900 vagas. Esses policiais já foram nomeados, alguns já pediram exoneração, outros já saíram; então, dos 900 policiais aprovados em 2010, registramos 766, nos últimos 5 anos.

É preciso urgentemente um novo concurso para a Polícia Civil, assim como a Polícia Militar está fazendo. A Academia de Polícia, no governo Raimundo Colombo, promoveu a maior nomeação da história, 512 policiais. Desses, 345 compareceram, os demais aprovados já haviam passado em outros concursos ou não tiveram interesse em assumir. Quer dizer, é preocupante a questão da Segurança Pública.

Somado a tudo isso, existe a audácia e a violência dos marginais, e temos as baixas que as corporações estão tendo em seus quadros. Vemos no Congresso Nacional tramitando, e tenho acompanhado através das associações de policiais, da associação dos delegados, a nova lei sobre o abuso de autoridade. Somos a favor do respeito aos direitos humanos, e todo policial quer respeitar os direitos humanos, mas para combater esses marginais audaciosos e violentos muitas vezes é preciso usar do rigor e do cuidado necessário para que o policial não venha a ser mais uma vítima. Como diz aqui o deputado Paes Lira, em um debate: “Os projetos de lei merecem ampla reformulação. A vigente lei pode ser revista, mas sem a ótica de impedir o trabalho policial ou de acovardar ou encurralar um agente”.

O agente hoje é oprimido, por um lado pela violência dos marginais, por outro lado pelo rigor da lei. Com medo de agir, vão acabar deixando a sociedade cada vez mais desprotegida, cada vez mais insegura. O policial responde criminal e administrativamente com a perda da função pública, com pena de prisão, com impedimento para o exercício das funções.

Então, srs. deputados, é muito preocupante a situação da criminalidade, e temos que cada vez mais reconhecer o

trabalho das instituições policiais, a luta dos seus agentes para fazer o controle social, agindo sempre dentro da linha da lei, respeitando todos os direitos constitucionais, mas, claro, agindo com a cautela e com o rigor necessários para que possa cumprir a sua missão sem colocar em risco a sua própria vida e a de todos os cidadãos catarinenses.

Então, trata-se de uma missão espinhosa e é muito mais importante do que se imagina o tema abordado anteriormente pelo deputado Serafim Venzon. Temos uma grande preocupação com a proteção dos agentes quando ocorre alguma denúncia de violência, de abuso de autoridade, porque não podemos fazer, de antemão, uma condenação sumária, temos que lhes dar o devido direito ao contraditório, à ampla defesa, de mostrar o que, efetivamente, foi feito naquela operação e o porquê das cautelas e da energia utilizada, respeitando sempre, é claro, a lei, mas valorizando e reconhecendo o direito de cada policial de, além de proteger a sociedade, resguardar a sua própria vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Esta Presidência agradece a presença nesta Casa dos bombeiros militares, voluntários, comunitários e dá-lhes as boas-vindas!

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

(Pausa)

Não havendo deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos seguintes projetos e que os mesmos terão seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno: Projetos de Lei n.º 0503/2011 e 0572/2011, de autoria do deputado Darci de Matos.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Maurício Eskudlark, o próximo orador inscrito é o deputado Reno Caramori.

(Pausa)

Na ausência do deputado Reno Caramori, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, srs. deputados e sras. deputadas, na semana próxima passada tive a oportunidade de, juntamente com a comissão de Finanças e Orçamento desta Casa, fazer um roteiro relacionado ao Orçamento Regionalizado e participar das audiências públicas de São Miguel d'Oeste, Maravilha e Chapecó. Posteriormente, houve as audiências de Joaçaba e Caçador, mas em virtude do encontro da Fecam, aqui na capital, acabei deslocando-me para Florianópolis, a fim de participar do evento, até em função da Marcha dos Prefeitos que deverá acontecer

em Brasília, na busca incansável de um novo pacto federativo, pacto este que permita aumentar a arrecadação dos municípios, posto que hoje 75% da receita de tributos ficam com o governo federal.

O que observei nessas audiências, sr. presidente? Que basicamente as reivindicações se referem à infraestrutura e à área da saúde. É um chamamento, um apelo que a sociedade catarinense faz reiteradamente quando das audiências do Orçamento Regionalizado.

Sr. presidente, acho que a partir deste ano as coisas serão diferentes, até porque acredito no comprometimento do governo do estado e no respeito que tem por este Parlamento. Assim, parece-me que as prioridades elencadas no Orçamento Regionalizado entrarão efetivamente no PPA e no Orçamento e virarão realidade.

Deputado Kennedy Nunes, com relação ao impacto que a nova alíquota de importação terá a partir de 1º de janeiro de 2013, sabemos que a repercussão financeira será grande, em virtude da queda da receita do ICMS. Com isso, evidentemente, será reduzida a capacidade de investimento e de endividamento do estado e Santa Catarina.

Já externei desta tribuna que a estratégia do então governador Luiz Henrique para aumentar a arrecadação do estado foi interessante, mas nem precisaria ser bruxo para saber que no decorrer do tempo os demais estados da federação iriam contestar junto ao Confaz, Conselho Nacional de Política Fazendária, a fim de acabar com aquilo que chamam de concorrência desleal, mas que digo desproporcional, com relação às demais unidades federadas.

Ao mesmo tempo, o governo do estado não adotou à época uma política de investimentos específicos daqueles recursos arrecadados, utilizando-os para melhoria da infraestrutura, a fim de melhorar o escoamento da produção catarinense e automaticamente as exportações que fortalecem o PIB do estado e também a política econômica nacional.

Assim, por não ter feito esses investimentos na adequação e na modernização dos portos, dando-lhes musculatura e condições de competitividade no mercado globalizado, com a aprovação da Resolução n.º 72 cairá a receita, e o estado se tornará ineficiente, com o agravante do inchaço da máquina pública.

E aqui fiz um apelo à base governista, na qual a bancada progressista está inserida, no sentido de dar uma contribuição ao governo do estado, que precisa necessariamente melhorar sua gestão e enxugar a máquina. Isso engloba vários setores, e poderíamos começar não pela extinção, mas pela redução do número de secretarias de Desenvolvimento Regional. Reduzindo o número de SDRs, poder-se-ia dar-lhes autonomia e capacidade de investimento, porque hoje são meras repassadoras, meras motivadoras, meras incentivadoras de pedidos que adentram aos Conselhos de Desenvolvimento Regional e que representam cerca de 100 vezes a capacidade do estado.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Valmir Comin, v.exa. faz um importante pronunciamento em relação às SDRs. Acredito que todos defendem a ideia da descentralização, pois quanto mais perto o governo estiver do povo melhor, mas não se pode criar estruturas caríssimas estado afora sem descentralizar os recursos. Mas foi o que aconteceu, e assim as secretarias de Desenvolvimento Regional se tornaram ineficientes.

Penso que este é o grande momento para o governo estadual rever essas estruturas e propor um novo modelo mais enxuto, mais ágil e efetivamente descentralizado.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta. Assim como v.exa. não sou contra as SDRs, muito pelo contrário, mesmo porque a bancada progressista entende que essa proposta foi reconhecida pelos catarinenses nas urnas. Mas esperávamos que fosse uma estrutura enxuta, com musculatura, com autonomia orçamentária para realmente executar as demandas.

Agora, diante da atual situação, este é o momento oportuno para que o governo pratique este gesto, tome uma posição com relação a essa questão e faça o enxugamento da máquina como um todo, não somente das SDRs, com isso dando musculatura e capilaridade para que os recursos, as ações, as soluções possam ser ampliadas para atender ao cidadão comum, que é quem paga impostos. E é para esse que temos o dever de fazer um governo eficiente para transmitir segurança e realizar as obras necessárias à melhoria da qualidade de vida do povo catarinense.

Era isso, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Gostaria de tratar de um tema semelhante ao que trouxe o deputado Valmir Comin à tribuna, mas sob outro ângulo.

Na verdade, quero fazer um exercício de reflexão com os catarinenses que têm ouvido diariamente que o governo federal tem massacrado Santa Catarina. Coitadinha de Santa Catarina!

Vamos supor uma situação concreta: uma servidora desta Casa que por uma falha em algum momento ou por algum deslize de qualquer natureza receba nos seus vencimentos um valor significativamente maior do que a lei lhe permite, vê essa situação se prolongar ao longo do tempo, mas em algum momento alguém percebe, denuncia e ela tem uma redução salarial.

Vocês acreditam que o justo seria reverter o salário conforme a lei determina ou seria acatar o argumento dessa suposta funcionária da Casa que diria: "Não, esse salário já é parte integrante do meu orçamento. Eu preciso dele para manter a minha casa."?

Ora, srs. deputados, o bom senso nos diz o óbvio, ou seja, que a legalidade deve ser preservada. Essa é a função dos Parlamentos, essa é a função dos governos,

esse é o juramento de toda pessoa detentora de cargo público, especialmente os detentores de mandatos eletivos, uma vez que quando assumem juram cumprir a Constituição, abraçar a legalidade.

E essa lógica se aplica à questão da Resolução n. 72: ela não muda o Orçamento de Santa Catarina, ela restabelece a legalidade.

Hoje disseram que era coisa do PT. Eu não tenho procuração para falar em nome do Partido dos Trabalhadores, mas como integrante da base de apoio ao governo federal, reafirmo que todos os senadores, de todos os partidos, com exceção dos senadores dos três estados que praticavam a ilegalidade, aprovaram a Resolução n. 72.

Assim, o restabelecimento da legalidade tem que ser tão importante para nós quanto é a questão do nosso Orçamento, porque na tese hipotética que coloquei aqui precisamos compreender que aquela servidora não poderia ter usado da ilegalidade para manter o seu salário mais alto. E isso foi o que aconteceu em Santa Catarina.

Fala-se agora que um enxugamento da máquina pública é necessário em Santa Catarina. Nesse sentido, quero trazer para vocês alguns exemplos do que são as SDRs, as Secretarias de Desenvolvimento Regional.

Quero destacar aqui a fala do deputado Aldo Schneider, que disse que é preciso manter as SDRs de pé porque foi assim que ganharam o governo. À tarde vou usar mais da tribuna para falar sobre isso, mas para mim está claro qual é o papel das SDRs. Mas quero desde já ressaltar que as SDRs não são onerosas somente em função das suas instalações e do seu pessoal. Senão, vejamos: o custo de uma academia de ginástica ao ar livre é de R\$ 35.295,00 na SDR de Araranguá e de R\$ 60 mil na SDR de Criciúma. Já na SDR de Canoinhas custa R\$ 80 mil. Por que essa diferença de preços tão grande?

Eu trouxe para v.exas. um curioso extrato de um contrato que foi feito pela SDR da Grande Florianópolis com o sr. Gilmar Ricardo Bernardino, no valor de R\$ 48 mil. Mas sabe qual era o serviço a ser prestado? "Realização de ações de prevenção e repressão à prática da farra do boi".

Além disso, esse cidadão é beneficiado no 6º e no 7º Termo Aditivo ao Contrato n. 131/EDUC/2009. Inclusive, a prática de aditivos é comum não apenas nas SDRs. No Deinfra temos com a empreiteira Fortunato uma página inteira de aditivos de contrato, de R\$ 500 mil, de R\$ 147 mil, de R\$ 400 mil, de R\$ 200 mil e por aí vai. E dizem que é preciso fazer economia.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputada, quem melhor definiu essas secretarias de Desenvolvimento Regional foi um cidadão que hoje é governador. Ele afirmou que elas eram um verdadeiro cabide de empregos e, inclusive, fazia propaganda na televisão botando um armário com os

cabides pendurados. Refiro-me ao atual governador Raimundo Colombo.

Com relação ao que v.exa. está falando sobre esses preços, na semana passada, no alto vale, os professores denunciaram o gasto para pintar os colégios: uma pintura que não deveria custar mais de R\$ 30 mil, foi feita por R\$ 110 mil, R\$ 120 mil.

Eu li a matéria no jornal na qual o secretário de Administração diz que precisa fazer economia e levar de volta cerca de 100 funcionários, como se daqui também não tivesse saído o mesmo número à disposição.

Esse cabidado de empregos das SDRs nada mais é do que a farra do boi neste estado. Porque se bobear, essa empresa não encontrou os bois da farra até hoje.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Deputado, de fato não diz aqui o que é que houve com a farra do boi, mas dá uma impressão muito ruim, porque o governo agora terceiriza, inclusive, as funções de estado sem licitação.

Na semana passada, deputado Jailson Lima, eu também falei na tribuna sobre vários outros gastos, todos das SDRs. E vou socorrer-me de um membro do governo, nomeado pelo governador Raimundo Colombo, o ex-secretário da Educação, Marco Tebaldi, que dizia ainda como secretário que era impossível fazer política pública com o formato das secretarias, porque o secretário de uma região é de um partido, o da outra região é de outro e entram muitos interesses em jogo. Assim, ele dava uma ordem que lá na ponta não servia.

É claro que nem tudo na vida é oito ou oitenta, quase tudo na vida tem uma gama enorme de variedades. Mas tenho certeza de que existem SDRs que estão fazendo um trabalho importante. Com o que não podemos concordar é com as 36 SDRs, ao mesmo tempo em que o governo faz um discurso de economia.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputada, quero somente frisar o que v.exa. falou sobre o secretário Marco Tebaldi.

Fiz pessoalmente uma reclamação ao governador de um fato que ocorreu em Joinville, onde integrantes da SDR tentaram fazer de tudo para que não fosse liberado R\$ 1 milhão para o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt porque a indicação era minha. Isso é verdade. E levei ao governador os nomes, provei, essa é uma verdade! A picuinha, a politicagem devasta, é nojental! E esse dinheiro serviu para reabrir quatro salas de cirurgia no Hospital Regional, que estavam fechadas desde 2002.

Veja v.exa. como é essa questão da política partidária, da intriga partidária em relação ao que acontece nas SDRs.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Obrigada, deputado.

Estou tratando desse tema porque é preciso que se restabeleça a verdade.

Todos os partidos políticos do país votaram pela aprovação da Resolução n. 72, que restabeleceu a legalidade em Santa Catarina. Não podemos tratar o tema nesse simplismo, como tem sido encampado: coitadinho do governo do estado! Que malvado o governo federal! Isso é brincar com o povo catarinense. E já foi uma brincadeira o que foi feito aqui. Até para esclarecer a quem está em casa, para fazer qualquer redução desse tipo é preciso o aval do Conselho Fazendário Nacional, e Santa Catarina não o fez, sabendo que é ilegal.

Portanto, queremos aproveitar este momento para fazer uma reflexão sobre o que é importante para Santa Catarina.

Para os professores dizem que não há dinheiro, mas há até para terceirizar a repressão à farra do boi.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência agradece a presença dos visitantes nesta sessão, bem como aos funcionários da TVAL, ao pessoal da Polícia Militar que dá segurança a esta Casa, aos servidores que trabalham no plenário e às assessoras da Mesa Diretora.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero apenas esclarecer que o que aconteceu hoje pela manhã foi a reunião da comissão de Constituição e Justiça, na qual foi aprovada a admissibilidade da PEC que às 16h vai ser apreciada na Ordem do Dia da sessão. Não será necessário quórum qualificado, bastará maioria simples, ou seja, metade mais um dos presentes, para aprovar a admissibilidade.

É bom esclarecermos isso porque algumas pessoas pensaram que o que ocorreu pela manhã foi uma sessão, mas foi apenas uma reunião da comissão de Constituição e Justiça. E por isso nem todos os deputados estavam participando, uma vez que nem todos fazem parte da mesma.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda para efeito de esclarecimento, à tarde teremos a votação da admissibilidade da PEC, que sendo aprovada retornará às comissões para que seja analisado o seu mérito. Aprovado o mérito, retornará ao plenário, quando será votada em definitivo.

Esta Presidência, agradecendo a presença dos amigos de Joinville, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para hoje à tarde, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.



# ATA DA 044ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2012

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO** - Coloca suas pretensões nos 60 dias em que ficará no Parlamento de SC.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** (aparte) - Deseja sucesso ao deputado Plínio de Castro.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (aparte) - Cumprimenta o deputado Plínio de Castro.

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER** (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Plínio de Castro.

**DEPUTADO DANIEL TOZZO** (aparte) - Augura votos de êxito ao deputado Plínio de Castro.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (aparte) - Parabeniza o deputado Plínio de Castro pela posse.

**DEPUTADO DIETER JANSSEN** (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Plínio de Castro.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Defende a aprovação da PEC que viabiliza a manutenção dos Bombeiros Voluntários.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Defende a aprovação da admissibilidade da PEC n. 0001/2012.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Manifesta sua desaprovação à PEC n. 0001/2012.

**DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO** - Tece comentários sobre a PEC n. 0001/2012.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Externa sua posição sobre a PEC n. 0001/2012.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Defende a aprovação da admissibilidade da PEC n. 0001/2012.

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** - Libera a bancada do PMDB para a votação da admissibilidade da PEC n. 0001/2012.

**DEPUTADO DANIEL TOZZO** (aparte) - Elogia o comportamento dos bombeiros presentes nas galerias.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (aparte) - Solicita uma salva de palmas aos bombeiros presentes na Casa.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Explicita sua posição quanto à PEC n. 0001/2012.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Coloca seu posicionamento favorável à aprovação da admissibilidade da PEC n. 0001/2012.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** (aparte) - Pede a unidade das Corporações de Bombeiros Voluntários e Militares.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Comenta a aprovação da PEC n. 0001/2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência comunica ao Plenário o Ato n. 0020, de 2012, que concede licença ao sr. deputado Narcizo Parisotto pelo período de 60 dias a contar do dia 8 do corrente mês.

Também temos o Ato da Mesa n. 0028, de 2012, que convoca o cidadão Daniel Tozzo, 6º suplente da coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC para ocupar cadeira de deputado neste Poder em decorrência do afastamento do deputado Narcizo Parisotto.

O deputado Daniel Tozzo já prestou juramento, por isso declaro-o empossado e convido-o para sentar junto aos srs. deputados.

Seja bem-vindo, deputado!

Ainda comunico o Ato da Mesa n. 0019, de 2012, que concede licença ao deputado Silvio Dreveck por um período de 60 dias, a contar do dia 8 de maio do corrente, para tratar de assuntos particulares.

Em decorrência do seu afastamento, temos os Atos da Mesa n.s 0024, 0025 e 0026, todos de 2012, que convoca os respectivos suplentes da bancada do PP, que por sua vez declinaram da convocação.

Em face disso, foi exarado o Ato da Mesa n. 0027, de 2012, que convoca o cidadão Antônio Plínio de Castro Silva, 5º suplente da coligação PP e PTdoB, para ocupar uma cadeira de deputado neste Poder.

Convido o cidadão Plínio Antônio de Castro Silva para fazer o juramento, conforme determina a nossa Constituição.

O SR. PLÍNIO ANTÔNIO DE CASTRO SILVA - "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado de Santa Catarina, observar as leis, desempenhando leal e sinceramente o mandato que me foi outorgado pelo povo catarinense."

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Declaro empossado o deputado Plínio de Castro e regimentalmente concedo-lhe a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Cumprimento o presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e em seu nome saúdo todos os demais deputados presentes.

Quero saudar especialmente o líder da nossa bancada, deputado Valmir Comin, e em seu nome os demais companheiros do PP,

que está-nos dando esta oportunidade de assumir a condição de deputado estadual.

Quero dizer da nossa alegria e satisfação em poder representar a gente do oeste de Santa Catarina. Para nós isso é motivo de orgulho, pois traremos para o debate nesta Casa as nossas grandes demandas.

Srs. deputados, tive a grande oportunidade, na semana passada, de me atualizar sobre os temas mais prementes da nossa região, pois participei, juntamente com os demais deputados da Assembleia Legislativa, das audiências públicas do Orçamento Regionalizado, que foram realizadas em São Miguel d'Oeste, em Maravilha, em Chapecó e em Joaçaba.

Na ocasião pudemos verificar que as demandas da região, sobretudo as obras de infraestrutura, vêm acontecendo, apesar de não na velocidade que a região aguardava. Além disso, a região como um todo teve a oportunidade de novamente discutir aquilo que é mais urgente, de estabelecer prioridades e de levar essa sugestão aos deputados estaduais de Santa Catarina, para que cada bancada possa, por ocasião da votação do Orçamento de 2013, incluir na LDO essas demandas.

Quero aqui cumprimentar o deputado Daniel Tozzo, que representa a região oeste do estado e com quem vamos cerrar fileiras em defesa dos oestinos.

O nosso estado é dividido em grandes microrregiões e cada uma tem a sua vocação, dada a diversidade cultural, a colonização e a condição econômica. Mas há uma particularidade muito especial na região oeste, onde o agronegócio foi a base da colonização e do desenvolvimento econômico: as repetidas estiagens que têm castigado duramente aquele solo e aquela gente.

É evidente que com o retorno das chuvas houve o reabastecimento de água, que praticamente acabou com a estiagem. Mas esse é o pensamento daqueles que talvez não conheçam com profundidade a dificuldade da pequena agricultura, da pequena propriedade rural, da suinocultura, da avicultura e do produtor de grãos da nossa região.

Não tenho dúvida nenhuma de que muitos proprietários rurais ainda passam noites insones pensando no que fazer no dia seguinte, na semana seguinte e no mês que vem, quando vencer a prestação ou quando vencer o crédito relativo ao custeio, pois praticamente todas as propriedades dependem disso para fazer viabilizar-se.

É nesse sentido que queremos direcionar nosso trabalho. Eu sou agricultor, minha principal atividade é a suinocultura. Portanto, durante apenas 60 dias estarei do outro lado da mesa, mas isso não me fará mudar de posição. Sabemos onde vamos estar e como acontece a vida numa propriedade rural, sobretudo numa pequena propriedade rural, que é o nosso modelo agrícola.

Quero dizer ainda que temos uma experiência muito grande na área da filantropia, sobretudo na área da saúde. Há mais de dez anos sou presidente do hospital filantrópico do nosso município e na semana passada tive a

alegria de participar das audiências públicas com a presença do presidente da Federação dos Hospitais Filantrópicos do estado. Assim, quero trazer também essa experiência para a Assembleia Legislativa, dar essa colaboração, para que essas entidades tenham maior reconhecimento por parte da classe política, pois elas prestam um serviço relevante para a saúde e para a vida dos catarinenses.

Por isso, antes de finalizar esta breve intervenção, quero agradecer a todos os amigos da região que vieram me prestigiar, ao ex-deputado Altair Silva, ao prefeito de Barra Bonita, às lideranças de São Miguel d'Oeste, enfim, a todas as lideranças que vieram a este plenário cumprimentar-nos pela posse na Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Nobre deputado, na condição de líder, em nome da bancada e de toda a família progressista quero dar as boas-vindas a v.exa., que já teve a oportunidade de estar em outra oportunidade neste Parlamento em virtude, inclusive, de um rodízio no qual o nosso presidente, deputado Joares Ponticelli, foi o primeiro a se licenciar.

Na mesma esteira, quero parabenizar o deputado Daniel Tozzo e dar-lhe as boas-vindas. Desejo que v.exas. tenham uma boa estada e que contribuam através das suas ideias e das suas proposições para o engrandecimento e o fortalecimento do estado e do povo catarinense.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. permite-me um aparte?

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Com muita alegria, concedo um aparte ao deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Gostaria de saudar v.exa. e recebê-lo nesta Casa com muito respeito e admiração. Sei do trabalho de v.exa. como prefeito, como liderança no oeste catarinense e sei da importância da agricultura para aquela região. É muito bom termos mais um representante do oeste catarinense nesta Casa.

Da mesma forma, gostaria de saudar o deputado Daniel Tozzo e dizer que esta Casa ganha muito com a presença de v.exas.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Concedo um aparte ao deputado José Milton Scheffer.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Deputado Plínio de Castro, em nome dos demais colegas do Partido Progressista gostaria de expressar a nossa alegria em tê-lo nesta Casa trazendo a sua experiência lá do oeste catarinense, v.exa. que é ainda tão jovem, mas com um futuro promissor pela frente.

O Partido Progressista o saúda com muita alegria e deseja-lhe sucesso. É muito bem-vinda a sua liderança e estamos aqui para trabalhar em conjunto em defesa do oeste, da agricultura, da qual v.exa. é um dos expoentes.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Pois não!

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Sr. deputado, gostaria de parabenizá-lo e dizer que é uma grande honra assumir novamente uma cadeira na Assembleia Legislativa juntamente com v.exa. Tenho certeza de que o oeste de Santa Catarina estará muito bem representado pela sua força na agricultura, bandeira esta que também levanto.

Gostaria de aproveitar a ocasião, sr. presidente, para agradecer todas as manifestações dos colegas.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Muito obrigado, deputado Daniel Tozzo.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Concedo um aparte ao deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Plínio de Castro, quero, em nome do PSDB, do nosso líder, deputado Dado Cherem, cumprimentar v.exa. e o deputado Daniel Tozzo, que assumem uma cadeira nesta Casa no dia de hoje. Tenho certeza que v.exa. representa aqui os sonhos de muitos catarinenses e será o instrumento para que eles possam ter uma qualidade melhor de vida.

Meus parabéns e seja bem-vindo!

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Dieter Janssen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Concedo um aparte ao deputado Dieter Janssen.

O Sr. Deputado Dieter Janssen - Gostaria de dar as boas-vindas ao nosso amigo Plínio de Castro e, da mesma forma, ao deputado Daniel Tozzo, que assumiram hoje uma cadeira nesta Casa.

Reforço a importância dessa troca de experiências, dessa oportunidade dada aos suplentes para que possam trazer para cá os anseios das suas regiões, mesmo que por um período curto. Fico feliz, deputado Plínio de Castro, em tê-lo conosco, assim como ao deputado Daniel Tozzo.

Sejam bem-vindos! Com certeza teremos boas discussões pela frente, assim como boas conquistas.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Muito obrigado, deputado Dieter Janssen.

Agradeço à Mesa pelo tempo concedido.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Plínio de Castro, mais uma vez os nossos cumprimentos e o desejo de que v.exa. tenha uma boa estada nesta Casa. O mesmo desejo ao deputado Daniel Tozzo.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, senhoras e senhores, faço a minha saudação efusiva à Corporação de Bombeiros Voluntários, presentes aqui em grande número; cumprimento também a Corporação dos Bombeiros Militares, presente maciçamente neste plenário. E quero pedir permissão ao presidente para fazer uma saudação especial aos bombeiros de Joinville, que estão aqui pela segunda vez em grande número, em nome do presidente Odir Nunes.

Muito obrigado pela presença e pelo apoio de vocês!

Também não poderia deixar de registrar a presença do nosso prefeito Carlito Merss, dos presidentes das entidades empresariais de Joinville: Gean Dombroski Corrêa, da Ajorpeme, Hugo Gonçalves e Carlos Antônio Grendene, do CDL, e Vilmar Steil, pela Comac.

Registro ainda a presença de várias autoridades e entidades e de muitas pessoas que representam Joinville e outras regiões do estado, que vieram assistir a esta sessão memorável e de fundamental importância para o estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, inicio a minha exposição na linha do que fiz pela manhã, na comissão de Constituição e Justiça, dizendo que estamos no Parlamento catarinense que tem como essência o debate, a discussão e a procura do entendimento até a exaustão. Essa é a essência do Parlamento de Santa Catarina e esse é o nosso grande objetivo.

Estamos a analisar uma PEC que propõe alterar a Constituição de Santa Catarina. Temos, de um lado, os Bombeiros Voluntários, que cumprem, no meu entendimento, sr. presidente, um papel excepcional salvando vidas em algumas cidades, como é o caso do maior município do estado de Santa Catarina, deputado Manoel Mota, há 120 anos.

De outro lado, temos a Corporação de Bombeiros Militares, que salva vidas, que melhora a qualidade de vida da população catarinense há mais de 80 anos. São catarinenses, são trabalhadores, são pessoas comuns como nós, são pessoas que estão aqui com um único objetivo, defender as suas corporações, fortalecer as suas corporações, deputado Neodi Saretta, para continuar salvando vidas de catarinenses e protegendo o seu patrimônio, e essa é uma nobre missão.

É por isso que nós, como Parlamento, temos que decidir essa questão. E aí repito aquilo que disse na parte da manhã, sr. presidente: sobre essa PEC, é claro, há posições jurídicas para todos os lados, pois, afinal de contas, o direito é abstrato.

Então, vivemos um conflito constitucional e jurídico no Brasil, mas no nosso entendimento, conforme argumentou o deputado Neodi Saretta pela manhã, no entendimento da Procuradoria-Geral do Estado, através de parecer exarado pelo procurador Osmar José Nora, a nossa PEC tem fundamentação legal e é constitucional, deputado Kennedy Nunes! Por quê? Porque a PEC consolida aquilo que define a Constituição Federal, ou seja, que a prerrogativa da análise prévia das construções, das edificações, para concessão de alvará é do poder público municipal, e o prefeito pode fazer os convênios com os Bombeiros Voluntários ou com os Bombeiros Militares.

Sr. presidente, quero deixar aqui evidenciado, eminente, combativo, aguerrido e defensor das suas nobres convicções deputado Sargento Amauri Soares, que essa PEC não é, de forma alguma, contra alguém. O Parlamento não pode ser contra ninguém, o Poder Legislativo, na sua essência, é concedente, ouve as pessoas, debate, discute e procura o entendimento. Essa PEC não é contra ninguém. Essa PEC, na sua essência, sr. presidente, procura preservar aquilo que está consolidado há muitas décadas, na verdade, há mais de um século. Ou seja, com a aprovação dessa PEC, no meu entendimento e no entendimento de muitos, inclusive juristas renomados, vamos ter a condição única de manter a Corporação de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina de

portas abertas, com a sua banda mirim atuando, com mais de 35 mil pessoas, na cidade de Joinville, contribuindo com recursos para mantê-la.

Então, a comunidade joinvilense, espontaneamente, organizou-se, deputado Neodi Saretta, e criou uma corporação para atender às demandas daquele pequeno vilarejo de então. Inclusive, defendeu a comunidade quando a cidade foi atacada, dr. Udo Döhler, por um bando de jagunços no século passado, nas proximidades do mercado municipal, cumprindo um papel de segurança pública.

Mais adiante, o estado se organizou e criou a Corporação dos Bombeiros Militares. E está de parabéns o estado, pois a corporação é excepcional e atua em muitos municípios.

Então, essa PEC quer manter os Bombeiros Voluntários, mas também quer manter os Bombeiros Militares atuando, salvando vidas em Santa Catarina. O que precisamos é preocupar-nos com os 170 municípios, sr. presidente, que ainda não têm nenhum tipo de corporação, que estão carentes, que estão precisando de uma instituição que atenda às demandas dos pequenos municípios de Santa Catarina. E é para esses municípios que temos que levar os Bombeiros Militares, porque os Bombeiros Voluntários certamente terão muita dificuldade de se expandir, porque recebem do estado, infelizmente, somente R\$ 2 milhões por ano, que ainda não foram repassados em 2012.

Portanto, a presença nesta Casa dos bombeiros, que cumprem uma jornada nas suas empresas e que no período de lazer, de estar com as suas famílias, cumprem uma jornada adicional nos Bombeiros Voluntários, que hoje faltaram ao trabalho, tem o sentido da busca da aprovação dessa PEC, que cria consistência jurídica para a manutenção da sua corporação e para a manutenção e o fortalecimento do Corpo de Bombeiros Militar.

Sr. presidente, serei um dos primeiros a levantar desta tribuna sagrada a defesa do projeto dos bombeiros, que veio para esta Casa no passado e que não foi aprovado, tramitou e não teve êxito. Esse projeto se faz necessário, deputado Sargento Amauri Soares, pois estrutura o Corpo de Bombeiros Militar, cria postos, posições fundamentais, aumenta o efetivo para atender aos municípios que ainda não são atendidos e amplia as corporações nas grandes cidades onde já atua, como Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Criciúma e assim por diante.

Quando o projeto dos Bombeiros Militares vier para esta Casa prometo defendê-lo com tanta força, com tanta energia, com tanta garra tanto quanto estou defendendo a manutenção dos Bombeiros Voluntários de Joinville e de Santa Catarina.

Concluo, sr. presidente, dizendo que o momento não é de briga, não é de divergência, não estamos numa arena, estamos no Parlamento de Santa Catarina e, se Deus quiser, vamos aprovar esse instrumento jurídico para proteger, para fortalecer as duas corporações, sempre pensando na qualidade de vida do povo catarinense.

Muito obrigado sr. presidente.

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

O próximo orador inscrito é o deputado Reno Caramori, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, quero

confessar a v.exas. que estou muito feliz hoje, deputado Darci de Matos, porque vejo o interesse da sociedade catarinense, aqui representada pelos Bombeiros Militares e pelos Bombeiros Voluntários. E quero entender que os senhores estão aqui porque têm realmente interesse no socorro das nossas comunidades e não para um confronto entre corporações, porque aqui quem vota são os deputados e cada um tem responsabilidade com sua comunidade.

Por isso quero agradecer às corporações presentes, às autoridades, à prefeita Sirley Ceccatto e aos vereadores de Caçador, aos representantes da Associação Comercial, dos clubes de serviço e a outras pessoas que não gostariam de ser nominadas porque estão aqui numa missão sagrada, que é o apoio a essas corporações, quer as remuneradas, quer as voluntárias, que são parcialmente remunerados.

Não faço parte, sr. presidente, da comissão de Constituição e Justiça porque exerço a função de segundo-secretário da Mesa, mas assisti atentamente a todo o desenvolvimento, a todo o desenrolar dos trabalhos. Eu, com os meus 21 anos de mandato, perdoem-me os srs. deputados, não posso de maneira nenhuma admitir que alguém diga que essa PEC tão importante para Santa Catarina, para a população lá de Arroio Trinta, de Salto Veloso, de Iomerê, onde não há nenhuma corporação de bombeiros, não seja aprovada porque seria inconstitucional!

Quando escutei alguns parlamentares alegarem que essa PEC é inconstitucional, doeu-me o coração, com toda a honestidade! Por favor! Nós temos assessores, temos advogados em nossos gabinetes, deputado não chega aqui se não for inteligente, deputado entende o que é constitucional e o que é inconstitucional. Mas para dirimir qualquer dúvida, ainda tive o cuidado de encaminhar o parecer que foi apresentado à comissão de Constituição e Justiça pelo nobre relator e meu amigo, deputado Sargento Amauri Soares, ao procurador-geral do Estado, que participou da formação dessa PEC, juntamente com o então deputado e agora desembargador João Henrique Blasi, com o dr. Nelson Serpa, que foi procurador-geral e hoje secretário da Fazenda, com o dr. Pamplona, que é o guru desta Casa na formação de leis, aos advogados da Abvesc e aos grupos de advogados aos quais pedimos opinião para não errar, embora tivéssemos certeza da constitucionalidade da matéria.

Portanto, vou ler um tópico do parecer do procurador-geral do estado, dr. João dos Passos Martins Neto, que é a maior autoridade em leis hoje no estado, pois tudo passa pela Procuradoria, mesmo os projetos do próprio governo, acerca do voto do relator da PEC n. 0001/2012.

(Passa a ler.)

"*Data venia*, a Proposta da Emenda Constitucional sob exame não padece de qualquer inconstitucionalidade quando atribui aos municípios a faculdade de celebrar convênios com Corpos de Bombeiros Voluntários para fins de verificação e certificação do atendimento às normas de segurança contra incêndio relativamente aos projetos e às obras e edificações nos respectivos territórios [...]"[sic]

Minha gente, não são palavras do deputado Reno Caramori, são palavras do procurador-geral do Estado, que é a autoridade máxima na formação de leis. Não queremos brincar de ser deputado, nós temos responsabilidade. Eu respeito o pensamento de todos os

srs. deputados, mas vou repetir uma coisa que já disse nesta Casa: burro não vem para cá. Vem para cá os inteligentes, pessoas que pensam, pessoas que têm responsabilidade. Aqui não existe guerra, não! Aqui existem ideologias. E nós, como parlamentares, somos obrigados a respeitar a diversidade de pensamentos.

Mas a verdade, meus queridos catarinenses, é que a nossa preocupação é com vocês que não têm nenhuma corporação em seus municípios. Há 171 municípios que não têm ninguém para socorrê-los na hora do incêndio, na hora da catástrofe, no momento de um acidente automobilístico. É com essa gente que estamos preocupados. Não é com os 39 deputados que estamos preocupados, não, em absoluto! Aqui cada um usa calça de bolso e já corta o cabelo no barbeiro, portanto sabe o que quer, sabe o que faz, sabe discernir as coisas.

Então, o que queremos é que realmente a sociedade catarinense, os nossos filhos, a nossa família, os nossos empresários, os nossos agricultores, enfim, toda a nossa sociedade tenha um atendimento o mais próximo possível quando ocorrer qualquer acidente, qualquer catástrofe, qualquer sinistro. É isso que queremos!

Outras PECs já foram apresentadas e até entendemos que foram rejeitadas porque eram, até certo ponto, pelo excesso de artigos, inconstitucionais. Não discordamos disso! Agora, discordamos de quem alega que esta PEC é inconstitucional. Por favor, não vamos subestimar a capacidade do catarinense. Não vamos dizer que o leigo não entende nada, porque ele entende.

A minha região me cobra muito. Os estudantes, os professores, os profissionais da indústria e do comércio, os profissionais liberais, todos nos cobram: "Deputado, o que é que vocês estão fazendo lá há tanto tempo discutindo? Quanto essa demora custa para o estado? E vocês ainda não decidiram o que é que querem?"

Então, faço um apelo aos parlamentares, com todo o respeito que tenho por v.exas.: trata-se apenas da admissibilidade. Não há absolutamente nada que venha em detrimento dos Bombeiros Militares, bem pelo contrário! Vamos ajudar cada vez mais as Corporações de Bombeiros Militares, como ajudamos lá em Videira. O que não queremos é formar duas correntes no mesmo lado do rio. Lá em Caçador temos os Bombeiros Voluntários. Então, para que instalar os Bombeiros Militares? Já lá em Videira existe o Corpo de Bombeiros Militar, para que instalar os Voluntários? Seria um...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, demais colegas deputados, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, bombeiros militares e bombeiros voluntários, lideranças políticas e empresariais interessadas neste debate.

Nesse pouco tempo de que disponho não poderei fazer nenhuma reflexão sequer parecida com a que fiz, nesta manhã de terça-feira, na comissão de Constituição e Justiça.

De qualquer forma, quero registrar alguns fatos.

O debate exaustivo que se pretendia fazer foi negado. Esse debate estava correndo no âmbito da Segurança Pública, com a participação de todas as entidades e instituições, inclusive o Ministério Público. Buscou-se uma proposta intermediada pelo Ministério Público, através da procuradora de Justiça Walkyria Danielski, que era a seguinte: os Bombeiros Voluntários podem fazer tudo, inclusive vistoria. Os Bombeiros Militares podem fazer tudo, inclusive fiscalização e normatização.

Mas o debate sobre esse possível acordo que se estava tentando exaustivamente chegar, inclusive foi essa a sugestão do deputado Kennedy Nunes lá na comissão de Segurança Pública, foi rompido não pela maioria dos trabalhadores, dos bombeiros voluntários, trabalhadores assalariados ou trabalhadores voluntários, mas por algumas lideranças empresariais e políticas que veem isso como forma empreendedora.

É preciso registrar aqui que abençoados sejam todos aqueles e todas aquelas que saem de casa para ajudar a salvar a vida das pessoas, sejam eles bombeiros militares, sejam os chamados voluntários que recebem salário - são profissionais contratados pela CLT -, ou os efetivamente voluntários, que trabalham junto às entidades voluntárias ou que trabalham junto às instituições militares do estado.

Mas o debate não é sobre a utilidade e a importância de cada uma dessas instituições. O debate não é esse! O debate é sobre o poder público do estado de Santa Catarina estar abrindo mão do seu poder de fiscalização e de normatização dessa atividade. Algum dos senhores pode citar sequer uma atividade de interesse da pessoa humana e da sociedade em que não haja normatização do poder público? Não existe. O poder público, o estado, não pode abster-se de, em determinadas regiões do território catarinense, realizar a sua atribuição constitucional de normatização e fiscalização. E não é por ser militar, porque não queremos militarizar a sociedade, até temos posição diferente a esse respeito, mas por se tratar de um serviço público de atribuição exclusiva do estado. Que os Bombeiros Voluntários continuem fazendo todas as atividades que estão desempenhando, e precisam de apoio para fazê-lo, mas não é possível admitir que o órgão público se abstenha, por decisão política desta Assembleia Legislativa e de ex-governadores deste estado, de em determinadas áreas do território catarinense desempenhar a sua função constitucional de normatização e fiscalização.

Podemos e devemos trabalhar de forma conjunta com os voluntários realizando atividades de forma complementar, mas de forma equivalente e concorrente seria criar estado paralelo, seria o mesmo que criar uma assembleia legislativa voluntária e um exército voluntário sem fiscalização do exército oficial. E é isso que está em debate aqui!

Eu acho que a PEC n. 0001 não resolve o problema de ninguém e até o próprio Ministério Público disse que ela não vai resolver. O Ministério Público, que se empenhou para ajudar a construir um acordo, expressou de forma muito clara dentro deste Poder que a PEC n. 0001 não resolve o problema central, que é a administração, a organização, o recolhimento e a distribuição de taxas. Portanto a PEC n. 0001 não resolve o problema de ninguém. Conforme a PEC, todos os prefeitos de Santa Catarina, e não somente os de Joinville, Concórdia e Caçador, a partir da

aprovação poderão escolher a Corporação de Bombeiros que irá trabalhar na sua cidade. E isso é um absurdo.

Muito obrigado!  
(Palmas das galerias)  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do espaço destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o deputado Plínio de Castro, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Sr. presidente, agradeço mais uma vez pela oportunidade de assomar à tribuna nesta tarde e muito especialmente aos deputados do PP, que me cederam o espaço do partido para me manifestar nesta sessão bastante movimentada por conta da PEC n. 0001/2012.

Tivemos, tanto no horário da manhã quanto ao meio-dia, a oportunidade de conversar e discutir o assunto com os demais deputados da nossa bancada. Todos aqui puderam acompanhar o depoimento muito entusiasmado do deputado Reno Caramori, que tem um exemplo no seu município, Caçador, da ação dos Bombeiros Voluntários. Enfim, pudemos ouvir ainda as palavras do deputado Sargento Amauri Soares e evidente que isso tudo serviu para aprimorar o nosso conhecimento sobre a questão.

Sr. presidente, quero dizer com muita sinceridade a todo estado de Santa Catarina, a todos que estão aqui e a todos que nos ouvem neste momento, que temos um exemplo, deputado Darci de Matos, muito bem sucedido de Bombeiros Comunitários na região oeste de Santa Catarina, desde Chapecó até a fronteira com a Argentina.

Os Bombeiros Comunitários representam a mistura de sangue, deputado Kennedy Nunes, dos Bombeiros Militares e dos Bombeiros Voluntários, é a sociedade participando efetivamente do trabalho dos bombeiros. Esse modelo implementado no oeste de Santa Catarina é um exemplo de atendimento às comunidades e aos municípios que deve ser aqui elogiado e exaltado por nós, porque as pessoas estão satisfeitas.

Isso não significa dizer que somos contra ou a favor de alguém. Nós estamos discutindo a PEC no âmbito da nossa bancada, ouvimos a opinião do líder, deputado Valmir Comin, de um dos parlamentares mais antigos da Casa, que é o deputado Reno Caramori, que, se não me falha a memória, tem seis mandatos de deputado estadual, até acho que já passou dos 70 anos.

Na verdade estamos formando a nossa convicção a respeito do assunto, mas ficamos muito feliz e satisfeito quando ouvimos de todos que a PEC não é contra ninguém, não é contra os Bombeiros Voluntários, Comunitários ou Militares. Não tem nada na PEC que afronte ou retire nada de ninguém. Além disso, quero ter a garantia de que o modelo do extremo oeste e do oeste de Santa Catarina, que chamamos de Bombeiros Comunitários, será mantido.

De qualquer maneira, estamos muito satisfeito de presenciar, nós, que somos marinheiro de primeira viagem, que estamos estreando na tarde hoje, e de aprofundar nossos conhecimentos com relação a essa polêmica.

Antes de encerrar, quero retornar ao assunto que abordei anteriormente, deputado Manoel Mota, qual seja, tentar aprofundar nesta Casa as relações de estado. E quando falo em estado, refiro-me à união, aos estados

e aos municípios. Ou seja, quero aprofundar a relação do poder público com os hospitais beneficentes de Santa Catarina.

Oitenta por cento dos leitos para internação em nosso estado são disponibilizados através da rede privada ou das entidades filantrópicas. Imaginem todos que nos acompanham nesta tarde, o que seria de nós, catarinenses, e o que seria do estado se não existissem os hospitais filantrópicos, as sociedades beneficentes.

Pois bem, esse modelo de hospital - e sou presidente de um deles em meu município - é o modelo da grande maioria dos hospitais da nossa região, principalmente nos pequenos municípios. Os deputados Daniel Tozzo e Maurício Eskudlark sabem disso. Sabem, sobretudo, as dificuldades que enfrentam esses hospitais, essas entidades para manter-se. Não estou falando nem em investimento, isso é sonho, refiro-me tão somente ao custeio. Agradeço mais uma vez à minha bancada e ao meu partido, o Partido Progressista, por propiciar-me esta oportunidade.

Muito obrigado, sr. presidente.  
(Palmas das galerias)  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Eu olhei daqui e vi que havia um deputado diferente no plenário, mas era o prefeito Carlito Merss, a quem dou as boas-vindas.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, prezados bombeiros voluntários, militares e comunitários, querida banda que todos os sábados pela manhã acorda-me.

Talvez pela minha profissão, sou jornalista, eu goste de deixar as coisas bem claras e não goste quando paira alguma dúvida no ar. Mas o caso é que essa dúvida está presente nas conversas das pessoas. Assim, quero explicar algumas coisas. Em primeiro lugar, ouvindo o deputado Sargento Amauri Soares, ele afirmou que estão querendo estabelecer em Santa Catarina algumas regiões imunes à fiscalização. Quero dizer o seguinte: o Corpo de Bombeiros Militar pode chegar a qualquer momento em qualquer edificação e fazer uma vistoria. Isso se chama poder de polícia! O que ele não pode é cobrar taxa! Tem que cobrar imposto, porque se trata de um serviço de estado. Seria taxa se fosse o município.

Em segundo lugar, o que há aqui são dois momentos: existe a análise prévia e depois existe a fiscalização. Nós estamos falando aqui da análise prévia, aquilo que o prefeito Carlito Merss pode dar, ou seja, o "habite-se".

Se alguém quiser entrar com alguma ação contra, porque alguma coisa errada foi feita, quem responderá será o prefeito! Não será o comandante do Corpo de Bombeiros Militar, do Corpo de Bombeiros Voluntário. Será o prefeito! Por quê? Porque o "habite-se" é dado pela prefeitura. E se é o prefeito que arca com a responsabilidade, por que não lhe dar a condição de escolher quem vai fazer?!

Srs. deputados, recebi aqui várias pessoas para tratar dessa questão e perguntei-lhes qual a distinção do Bombeiro Voluntário,

do Bombeiro Comunitário e do Bombeiro Militar para exercer a função de fiscalização. O camarada é engenheiro e tem pós-graduação em segurança? Não! A diferença é que um é militar e o outro não. Então, se não há formação específica para aquilo e é feito por um agente do estado pode ser feito por qualquer outro com a mesma qualificação! Estou falando da qualificação profissional.

Segunda coisa que quero dizer: em Joinville - vou falar de Joinville porque é a minha cidade - os Bombeiros Voluntários fazem esse tipo de fiscalização muito bem. Além do mais, não é cobrada taxa. A prefeitura repassa, se não me engano, R\$ 325 mil e o Corpo de Bombeiros faz esse tipo de ação.

As prefeituras estão sendo alvo do Ministério Público, que está impetrando ações de inconstitucionalidade por conta da formação dos Fundos de Reaparelhamento da Polícia Militar, dos Bombeiros e da Polícia Civil. Por quê? Porque o Ministério Público entende que o estado está cobrando taxa, o que é inconstitucional, já que o poder público cobra imposto!

Gostei muito das palavras dos deputados Darci de Matos e Plínio de Castro. Nesses cinco anos que estou aqui, todo ano vem à tona essa discussão. Não há ninguém contra ninguém aqui! Não existe isso! Não existe retirada de privilégio de ninguém, a não ser que haja algum interesse, por exemplo, de entrar em Joinville e cobrar mais um imposto. Aí começaremos a entender. O que existe somos todos nós envolvidos num único objetivo, como já foi dito aqui: salvar vidas.

Já chegaram a me falar, deputado Daniel Tozzo, pelo Twitter, pelo Facebook e pessoalmente, o seguinte: "Se os Bombeiros Voluntários fizerem a fiscalização, ficaremos mais suscetíveis à corrupção!" Essa é uma questão de idoneidade!

Estamos vendo muitas prisões! Hoje ainda, vindo para cá, ouvi a rádio anunciando a prisão de um coronel por conta de corrupção. Não somos imunes à corrupção! Não é porque é civil, voluntário ou militar! Não!

Para ceder o restante do tempo para os deputados Darci de Matos e Maurício Eskudlark, gostaria somente de dizer para vocês o seguinte: quero olhar o rosto de cada um, porque não será a última vez que virão aqui. E quero ver esta Casa cheia todas as outras vezes, com a comitiva de Joinville também. Sabem por quê? Porque hoje não iremos votar o mérito, apenas a admissibilidade.

(Palmas das galerias)

Só votaremos a admissibilidade, ou seja, o que vamos votar aqui é a permissão para que a PEC n. 0001/02012 tramite nas comissões técnicas da Casa para depois vir novamente ao plenário para ser aprovada ou não. Quero esclarecer bem isso porque, inclusive, ouvi membros da imprensa dizendo que se a PEC fosse aprovada hoje estaria tudo acertado! Não! Estaremos votando somente a admissibilidade! Isso quer dizer, como diria o sempre presidente Lula, o seguinte: "A luta continua, companheiros." Vai acontecer muita coisa daqui para frente e estaremos sempre junto com vocês.

Sejam bem-vindos! Esta é a Casa do Povo e o que vocês fazem aqui é simplesmente embelezá-la! Para nós, parlamentares, às vezes isso é necessário para lembrarmos que é por causa de vocês que estamos aqui.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ocupará o restante do tempo do PSD, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, acho que as palavras do deputado Kennedy Nunes deveriam ser aplaudidas também pelos bombeiros militares porque tenho aprendido nesta Casa a busca da conciliação. Também sou novo nesta Casa, mas aprendi com alguns deputados, como Moacir Sopelsa, Reno Caramori, Manoel Mota, Antônio Aguiar, Nilson Gonçalves e Jailson Lima, todos com vários mandatos, que é preciso negociar para conseguir solucionar os problemas.

Tenho um posicionamento, até por ser servidor público, por saber da importância de o estado ter o controle de algumas ações, mas como disse o deputado Kennedy Nunes, o que estamos votando aqui é a admissibilidade de continuar a discussão e de buscar um resultado.

Hoje tivemos uma reunião da bancada com o intuito de continuar o diálogo para achar uma solução que contemple todos. Li uma manchete de um jornal que dizia o seguinte: "Matar quem nos salva". Ninguém quer matar ninguém! Não queremos matar nem o Corpo de Bombeiros Voluntários nem os Bombeiros Militares. O que se busca é uma solução que seja boa para todos, que não coloque vidas em risco. Como disse o deputado Kennedy Nunes, a corrupção, infelizmente, campeia neste país em todas as funções, em todos os escalões. Mas temos também a obrigação de, na legislação que aprovamos nesta Casa, zelar pelo patrimônio público, pelo estado e, especialmente, pelo cidadão.

Então, já tenho minha posição, mas quem não quer ouvir, não quer dialogar, na verdade, não tem posição nenhuma. Entendo a posição do meu partido, que é a busca de uma solução, da conciliação e é isso, deputada Angela Albino, que vai ocorrer nas comissões. Portanto, entendo que ainda poderemos chegar a uma solução que, acima de tudo, seja a melhor para o cidadão catariense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados para o PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, esta Casa vive novamente um dia com a presença de muitos catarinenses que fazem o bem por toda Santa Catarina. Logicamente a discussão sobre a PEC n. 0001/2012, que divide as opiniões, não passa de uma grande bobagem, o que realmente interessa é que temos pessoas iguais a vocês que optaram por servir à sociedade catarinense através de um concurso. Então, através de um concurso público vocês estão servindo à sociedade, prestando serviços de bombeiro e, de igual forma, há pessoas que também estão servindo à sociedade catarinense, e numa questão conceitual, em nível nacional, em uma das instituições mais acreditadas, que é o Corpo de Bombeiros, independentemente de ser Voluntário, Militar ou Comunitário.

Então, o PMDB, que possui uma grande responsabilidade neste Parlamento, por ser a maior bancada de apoio ao governo do estado e obviamente por ter o maior número de deputados, decidiu que pelo fato de cada membro da bancada ter suas convicções e

suas ligações, sejam elas com os Bombeiros Militares ou Voluntários, liberará o voto, para que cada um vote de acordo com a sua região, a sua base eleitoral, até porque estamos aqui apreciando a admissibilidade da PEC, o que não significa a sua aprovação, porque para tanto ela precisará tramitar em todas as comissões e depois voltar ao plenário.

Então, gostaria de aproveitar a oportunidade e dizer a todos que para nós, deputados, todos são muito importantes e a nomenclatura é o que menos importa. E sabem o que, efetivamente, importa? É o trabalho que vocês fazem salvando vidas. É isso que importa! E o PMDB não poderia, neste momento em que a sociedade foi chamada para esse debate, ter um posicionamento dúbio, em cima do muro. Logicamente que estamos todos aqui, deputados e deputadas, através do voto popular, através do voto dos catarinenses, mas, logicamente, a minha região, o vale do Itajaí, é diferente da região norte, oeste ou sul, ou seja, mesmo que façamos parte de uma bancada, de um partido político, não podemos esquecer as nossas origens, de onde viemos e o motivo que nos trouxe aqui.

Por isso, desta tribuna quero declarar para toda Santa Catarina, através dos meios de comunicação, que a bancada do PMDB está liberada para votar conforme as conveniências dos deputados, das regiões. Esse é o nosso entendimento democrático, mas gostaríamos de deixar registrado nos anais desta Casa que o PMDB não tem preferência por A ou B, o que precisamos, o que Santa Catarina precisa é de pessoas iguais a vocês todos que fazem dessa a profissão mais acreditada no Brasil.

Portanto, a partir da admissibilidade da PEC n. 0001, desde a sua tramitação nas comissões e posteriormente a sua votação em plenário, o PMDB, provavelmente, deverá manter esse posicionamento.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Concedo um aparte ao deputado Daniel Tozzo.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Obrigado, deputado, quero apenas endossar as suas palavras e ao mesmo tempo parabenizar a classe dos bombeiros voluntários e militares, porque realmente cabe-nos, hoje, em nome de todos os catarinenses, dar-lhes o nosso muito obrigado por tantas e tantas vidas que salvaram, independentemente de serem militares ou voluntários. Também queremos parabenizá-los pela postura. Eu, que estive afastado da Casa por algum tempo, admiro a forma como se conduzem nesta Casa, respeitando a opinião de cada parlarmentar.

Meus parabéns, realmente a Casa está cheia de gente que sabe respeitar o lugar em que se encontra, e isso nos orgulha muito.

Quero também aproveitar a oportunidade e agradecer ao deputado Narcizo Parisotto pela oportunidade que me concedeu ao licenciar-se desta Casa por 60 dias.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Muito obrigado, deputado, e incorporo seu comentário ao meu pronunciamento, ao tempo em que lhe dou as boas-vindas, assim como ao deputado Plínio de Castro, dizendo que a missão de v.exas. é a mesma nossa, ou seja, o bem de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Aldo Schneider, acho que o deputado

Daniel Tozzo falou algo que merece registro, pois já vivemos nesta Casa alguns momentos de tensão com os professores, em função de uma ação militar. Então, o deputado Daniel Tozzo foi muito feliz quando elogiou a forma civilizada como os bombeiros de todas as corporações têm-se comportado neste plenário. Por isso, acho que eles merecem mais do que um cumprimento, merecem uma salva de palmas. Não vi nenhum insulto, não vi nenhuma desalegria, nenhuma falta de respeito com os deputados ou mesmo entre eles e por isso é importante esse registro, porque já tivemos momentos nesta Casa com gente querendo matar os deputados, com gente quebrando os vidros que cercam o plenário.

Mas vocês, bombeiros, mostram o que é integridade, o que é educação, o que é cidadania. Portanto, uma salva de palmas a todos vocês! Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Acrescento ao meu pronunciamento as suas palavras.

Para concluir, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, a bancada do PMDB tem esse posicionamento, logicamente partindo da premissa de que o que importa efetivamente é que cada um de nós exerça a sua função. Gostaria ainda de repetir que a admissibilidade da PEC significa somente que a matéria passará a tramitar nas comissões técnicas da Casa.

Assim, em nome dos dez deputados do PMDB digo a vocês que Santa Catarina precisa de todos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Aldo Schneider.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, primeiro quero citar o bilhete que recebi registrando a presença dos bombeiros voluntários e da classe empresarial de São Francisco do Sul, inclusive o radialista Luiz Gonzaga, que há tanto tempo não vejo. É um grande prazer tê-los aqui hoje.

Cumprimento o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, cuja banda também me acorda todos os sábados, pois sou vizinho do deputado Kennedy Nunes. Cumprimento o Corpo de Bombeiros Militar, que de maneira tão educada se faz presente. Cumprimento ainda o prefeito Carlito Merss. É um prazer tê-lo aqui, prefeito, v.exa. que já transitou nesta Casa tantas vezes.

O deputado Kennedy Nunes comentava muito bem, pois estou no meu quarto mandato e já tive oportunidade de ver muitas coisas. Houve uma época que o pessoal queria entrar e nos quebrar de pau. Queriam quebrar-nos de pau mesmo! Chegamos a temer pelas nossas próprias vidas, porque a turma dava bordoadas nos vidros, que voaram por todos os lados. Parecia que estávamos numa jaula! Já recebi cusparada das galerias, já me jogaram moeda na cabeça! Em momentos diferentes nesta Casa tivemos todo tipo de manifestação, acaloradas e odiosas, tudo por conta de projetos votados neste plenário.

Por isso, tínhamos que hoje houvesse até um embate aqui por conta da animosidade das partes, do desejo das partes de verem atendidos os seus anseios.

Eu prestei bastante atenção no que o deputado Sargento Amauri Soares falou da tribuna e quero deixar bem claro que sou de Joinville, mas poderia morar em qualquer canto deste estado que o meu voto seria o mesmo. Eu não vou votar de determinada maneira porque sou de Joinville, porque estou defendendo Joinville. É claro que sempre defenderei Joinville, mas neste caso específico vou dar meu voto por convicção, porque estou convencido de que essa PEC é necessária até por uma questão de respeito ao que significam as Corporações de Bombeiros Voluntários para Santa Catarina.

Muito antes de aprovarmos nesta Casa a criação do Corpo de Bombeiros Militar - e lembro-me muito bem como foi aplaudida essa criação -, dezenas de anos antes só tínhamos em Santa Catarina os Bombeiros Voluntários salvando vidas nos casos de incêndio, só tínhamos os Bombeiros Voluntários fazendo vitórias, olhando se havia problemas ou não. Depois de aprovada a criação do Corpo de Bombeiros Militar é que apareceram os problemas com os Bombeiros Voluntários, que passaram a ter que se subordinar aos militares. E não é esse o entendimento.

Em Santa Catarina apenas noventa e poucos municípios contam com uma Corporação de Bombeiros Comunitários ou Militar. E até quero fazer um parêntese aqui, pois acabei de ajudar, através de um pedido ao governador, os Bombeiros Comunitários de Itapoá, que nunca haviam recebido qualquer ajuda, com mais de R\$ 100 mil. Ajudamos a construir as casinhas para que eles pudessem, de maneira honrada, executar o seu trabalho naquele município.

Então, não estamos aqui de um lado ou de outro. Estamos defendendo apenas e tão somente a equivalência de trabalho, a equivalência de fiscalização, porque os Bombeiros Voluntários sempre tiveram capacidade para exercer suas funções.

Assim, com essa PEC apenas vamos dar condições às prefeituras de firmarem seus convênios e não terem depois que se defender de processos que arguam a sua constitucionalidade, que é o que está acontecendo hoje. Há muitas prefeituras que firmaram convênio com os Bombeiros Voluntários porque no município somente há essa corporação, mas que estão respondendo a processos na Justiça.

Quero, mais uma vez, parabenizar todas as corporações pela maneira educada e respeitosa com que se portaram neste plenário. Faz muito tempo que não vejo isso. Estou no meu quarto mandato, repito, e nunca havia visto as partes interessadas, antagônicas nos seus interesses, tratarem-se com tanta civilidade.

Muito obrigado.

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, catarinenses, estimadas delegações de bombeiros de diversas cidades catarinenses. Não foi muito citada a cidade de Irani, mas também está presente, assim como Concórdia, que veio com uma delegação bem grande.

Na parte da manhã, a reunião da CCJ precisou deslocar-se da sala de reuniões e vir para o plenário porque o ambiente ficou pequeno. Isso é bom! É bom que a sociedade participe e manifeste-se e é por isso que temos também, nas nossas manifestações, procurado compreender e passar a posição do que está efetivamente em discussão.

Hoje pela manhã já chamávamos a atenção de que estamos na fase da admissibilidade, uma fase em que não se vota o mérito propriamente dito, porque, deputado Jailson Lima, quem não está no Parlamento não tem obrigação de compreender como funciona o nosso Regimento Interno. Quando se trata de emenda constitucional, primeiro se vota a admissibilidade, ou seja, se ela pode tramitar ou não, para depois votar o mérito.

É claro que se antecipam debates, ex-deputado Carlito Merss, prefeito de Joinville, sobre o mérito, mas estamos ainda apreciando a admissibilidade, ou seja, seja a PEC for admitida, passa a tramitar, se não o for, o assunto morre.

Há situações em que quando se aprova uma matéria, uma parte perde e a outra ganha. Agora estamos diante de uma situação em que se aprovamos todos ganham, ninguém será demitido, a ninguém será proibido trabalhar em qualquer lugar deste estado.

Quero colocar, sr. presidente, uma questão importante. Há dois anos houve a eleição para governador, e tive a oportunidade de fazer parte de um grupo de trabalho que discutiu um plano de governo para Santa Catarina. Na ocasião procuramos ouvir todos os setores e lembro-me da tarde em que ouvimos os bombeiros militares, porque foi a tarde mais marcante em função até dos depoimentos acerca da falta de estrutura, de equipamentos de ponta, de salários melhores e de quantas cidades ainda não eram atendidas.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Ouço v.exa., deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Neodi Saretta, parece-me que se tenta construir uma guerra santa, porque vejo neste plenário um grande número de representantes de Joinville apoiando os bombeiros voluntários e um número menor de bombeiros militares.

Eu fui prefeito da cidade de Rio do Sul, onde só há bombeiros militares, e costume dizer que esses profissionais acabam criando a sua estrutura de trabalho através de parceria com as prefeituras e não com o estado.

Hoje, quando o prefeito Carlito Merss esteve em meu gabinete e participou do nosso almoço, contou-me a história dos 122 anos do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, que eu não conhecia. Eu já tinha a minha posição firmada em relação a isso, em primeiro lugar, porque há espaço para todos; em segundo, porque não se pode tirar a oportunidade de as pessoas atuarem voluntariamente porque é isso que constrói cidadania neste estado. Assim, os bombeiros militares e voluntários têm que estar irmanados porque a causa é uma só.

Então, mesmo havendo no meu município bombeiros militares que me procuraram pedindo que me posicionasse de forma contrária, é importante destacar que as Redes Femininas de Combate ao Câncer funcionam por causa do trabalho voluntário, que as Apaes funcionam por causa do trabalho voluntário, assim como tantas outras atividades. Então, quero enaltecer o prefeito Carlito Merss, agradecer-lhe pelo esclareci-

mento que fez e que ajudou a consolidar o meu voto que é pela admissibilidade, a fim de que tenhamos bombeiros militares e bombeiros voluntários unificados numa causa cidadã.

(Palmas das galerias)

Queremos que daqui saiam duas corporações unidas, pois a causa é uma só: salvar pessoas. Além disso, são todos cidadãos imbuídos do bom espírito da cidadania catarinense.

Também quero parabenizar as duas corporações pela civilidade demonstrada, que não é fruto apenas da educação, mas do respeito que têm à profissão que escolheram.

Obrigado, deputado Neodi Saretta!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, deputado Jailson Lima.

Para encerrar, gostaríamos de completar essas reflexões dizendo que não estamos entrando no debate do mérito, já fizemos isso pela manhã, na reunião da comissão de Constituição e Justiça, mas é importante termos claro que o estado precisa investir mais nessa área, melhorando a estrutura, o número de equipamentos, aumentando o contingente de servidores e expandindo-se para mais municípios.

O governo estadual não pode continuar omitindo-se dessa tarefa e temos até que agradecer aos municípios que estão complementando o trabalho do estado através dos voluntários, não somente na área da defesa civil, mas em várias outras áreas, através da Apae, da Rede Feminina de Combate ao Câncer, do Lions e do Rotary.

Para concluir, repito uma coisa da qual tenho convicção: se aprovarmos a emenda constitucional, ninguém perderá seu trabalho, seu sustento, mas se rejeitarmos, muitos poderão ser impedidos de trabalhar e de realizar o sonho das suas vidas.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0479/2012, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0258/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que institui a Semana Estadual de Valorização dos Profissionais da Educação.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, o governo recomenda a manutenção do veto parcial porque o projeto da deputada Luciane Carminatti aprovado nesta Casa implica em despesas. Então, o governo do estado vetou somente essa parte.

Assim, solicito aos deputados da base de apoio ao governo que mantenham o veto parcial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A votação será secreta.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER votou

DEPUTADO ALTAIR GUIDI votou

DEPUTADA ANA PAULA LIMA votou

DEPUTADA ANGELA ALBINO votou

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR votou

DEPUTADO CARLOS CHIODINI votou

DEPUTADO CIRO ROZA votou

DEPUTADO DADO CHEREM votou

DEPUTADO DANIEL TOZZO votou

DEPUTADO DARCI DE MATOS votou

DEPUTADO DIETER JANSSEN votou

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT votou

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI votou

DEPUTADO DIRCEU DRESCH votou

DEPUTADO EDISON ANDRINO votou

DEPUTADO ELIZEU MATTOS votou

DEPUTADO GELSON MERISIO votou

DEPUTADO GILMAR KNAESEL votou

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS votou

DEPUTADO JAILSON LIMA votou

DEPUTADO JEAN KUHLMANN votou

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER votou

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI votou

DEPUTADO KENNEDY NUNES votou

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI votou

DEPUTADO MANOEL MOTA votou

DEPUTADO MARCOS VIEIRA votou

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK votou

DEPUTADO MAURO DE NADAL votou

DEPUTADO MOACIR SOPELSA votou

DEPUTADO NEODI SARETTA votou

DEPUTADO NILSON GONÇALVES votou

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA votou

DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO votou

DEPUTADO RENO CARAMORI votou

DEPUTADO ROMILDO TITON votou

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES votou

DEPUTADO SERAFIM VENZON votou

DEPUTADO VALMIR COMIN votou

DEPUTADO VOLNEI MORAESTON

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 21 votos "sim" e seis votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0537, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0443/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que regula a venda de produtos e serviços através de *telemarketing* no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Consultamos as lideranças, conforme solicitação do deputado Nilson Gonçalves, se podemos retirar a matéria da pauta de hoje.

(As lideranças acquiescem.)

Está retirada a Mensagem n. 0537/2012 da pauta de hoje.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0539/2012, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei Complementar n. 0030/2011, de autoria do deputado Gelson Merisio, que altera dispositivo da Lei Complementar n. 495, de 2010, que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e de Chapecó.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Esta Presidência desconhece se foi construído um acordo sobre essa matéria.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, a comissão de Justiça aprovou recentemente, dias atrás, um novo projeto de iniciativa do Executivo que corrige essas distorções. Então, o projeto já veio de outra maneira e contempla, inclusive, a proposta de v.exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exa. me concede o direito de votar pela derrubada?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Claro, mas v.exa. já foi beneficiado com o projeto que está chegando e de maneira bem melhor.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Gostaria de fazer um apelo aos deputados que estão na Casa para que compareçam ao plenário porque vamos votar a PEC n. 0001 daqui a alguns instantes.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, esse projeto é de sua autoria e recebeu uma emenda modificativa. Agora o governador Raimundo Colombo encaminhou um projeto regularizando toda essa situação já que os técnicos da Casa Civil entendiam que havia vício de origem. É isso, sr. presidente?

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, esse é um assunto do qual estamos tratando já faz muito tempo. Ainda hoje fui questionado acerca de um fato que acontece em Joinville, aonde o ônibus municipal não vai a Araquari. Com a instituição das regiões metropolitanas, vamos poder regularizar isso.

Então, é importante essa colocação, até porque há muitas pessoas interessadas no assunto. Se vamos manter o veto como solicitou o líder do governo, é preciso que o novo projeto do governo, sem vício de origem, venha logo à votação para que possamos ver implementadas as regiões metropolitanas em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está em discussão a mensagem.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr.

deputado Edison Andrino, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Encaminho pela manutenção do veto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	votou
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DANIEL TOZZO	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADO DIETER JANSSEN	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	votou
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 29 deputados.

Temos 23 votos "sim" e seis votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0445/2012, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0525/2011, que altera a Lei n. 7.541, de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

O veto incide sobre a emenda de autoria do deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, deputado Manoel Mota, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, gostaria que esse veto fosse retirado da pauta da Ordem do Dia da sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Se houver concordância dos srs. líderes poderá ser feito.

(As lideranças aquiescem.)

Está retirada da pauta a Mensagem de Veto n. 0445/2012.

A próxima votação seria da Mensagem n. 0446/2012 que dispõe sobre veto parcial a uma emenda do deputado Gilmar Knaesel.

Como s.exa. não está no plenário, consulto os srs. líderes se podemos retirar a matéria da pauta para que não haja constrangimento do deputado.

(As lideranças aquiescem.)

Está retirada de pauta a Mensagem de Veto n. 0446/2012.

A Mensagem de Veto n. 0493/2013 também será retirada da pauta por ainda não haver construção de consenso sobre a matéria, que trata do veto parcial ao PLC n. 0032/2011, de autoria do Tribunal de Contas, que altera a Lei Complementar n. 496, de 2010, a Lei complementar n. 297, de 2005, e adota outras providências.

Também está retirada de pauta.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional n. 0001/2012, de autoria da Mesa Diretora e outros, que acrescenta o parágrafo único ao art. 112 da Constituição do Estado de Santa Catarina (competência municipal - normas de segurança contra incêndio).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão a admissibilidade da PEC n. 0001.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, deputado Sargento Amauri Soares, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, gostaria de pedir que a votação fosse nominal e no painel eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Será nominal até por uma questão regimental, pois se trata de PEC, deputado Sargento Amauri Soares, e também de lei complementar.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, hoje pela manhã tive a oportunidade de me manifestar aqui contra a PEC, mesmo reconhecendo o esforço e a importância dos Bombeiros Voluntários em Santa Catarina.

Manifesto-me agora na qualidade de líder do governo, informando que a bancada está liberada para votar de acordo com a sua consciência.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, a bancada progressista vota pela admissibilidade da PEC.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está em votação nominal a PEC.

Os srs. deputados que votarem "sim" votam pela admissibilidade da PEC e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, pela manutenção e fortalecimento dos Bombeiros Voluntários e dos Bombeiros Militares em Santa Catarina, a bancada do PSD encaminha pela aprovação da PEC.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a nossa bancada fez um grande debate sobre esse tema, mas em função da sua complexidade não conseguiu fechar uma posição.

Sendo assim, a bancada do Partido dos Trabalhadores está liberada para votar de acordo com suas convicções.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, como afirmei há pouco da tribuna, a bancada do PMDB está liberada para votar conforme o entendimento de cada parlamentar.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DANIEL TOZZO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DIETER JANSSEN	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim



DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim  
 DEPUTADO MAURO DE NADAL sim  
 DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim  
 DEPUTADO NEODI SARETTA sim  
 DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim  
 DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA não  
 DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO sim  
 DEPUTADO RENO CARAMORI sim  
 DEPUTADO ROMILDO TITON não  
 DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES não  
 DEPUTADO SERAFIM VENZON sim  
 DEPUTADO VALMIR COMIN sim  
 DEPUTADO VOLNEI MORASTONI sim

Está encerrada a votação.  
 Votaram 32 deputados.  
 Temos 25 votos "sim" e sete votos "não".

Está admitida a PEC.  
 (Palmas das galerias)  
 A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0180/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0181/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0182/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0183/2012 e 0184/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0185/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0186/2012 e 0187/2012, de autoria do deputado Manoel Mota; e 0188/2012 e 0189/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica, igualmente, que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0438/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0439/2012, 0440/2012 e 0441/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0442/2012, de autoria da deputada Dirce Heidercheidt; 0443/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0444/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0445/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0446/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0447/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0448/2012 e 0449/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; 0450/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0451/2012, 0452/2012, 0453/2012 e 0454/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0460/2012 e 0461/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; e 0462/2012, de autoria do deputado Moacir Sopelsa.

Moção n. 0021/2012, de autoria da comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul, manifestando aos governos da República da Argentina e do Reino Unido apoio à Argentina quanto à soberania das Ilhas Malvinas.

Em discussão.  
 (Pausa)  
 Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
 Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.  
 Pedido de Informação n. 0032/2012, de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações sobre quem concedeu a autorização da construção do viaduto sobre a BR-470, em Blumenau, trecho Blumenau/Massaranduba.

Em discussão.  
 (Pausa)  
 Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0033/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, pedindo esclarecimentos sobre o valor pago na recuperação da SC-479, trecho da serra do Moura até a rua Tomaz Geraldo, no município de Canelinha, e a empresa vencedora do processo licitatório.

Em discussão.  
 (Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0034/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando esclarecimentos acerca do valor pago na recuperação da SC-302, no trecho não pavimentado Rio do Oeste a Taió, e qual a empresa vencedora do processo licitatório.

Em discussão.  
 (Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0035/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado aos secretários da Segurança Pública e da Justiça e Cidadania, ao comandante-geral da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e ao delegado-geral da Polícia Civil, solicitando dados sobre o número de suicídios cometidos por agentes públicos, procedimentos instaurados e quais as decisões administrativas tomadas.

Em discussão.  
 (Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
 Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento da autoria dos srs. líderes para que seja suspensa a presente sessão para que o prefeito Renato Nunes de Oliveira, do município de Lages, possa fazer a apresentação da Festa do Pinhão.

Esta Presidência, ao suspender a sessão, também possibilita que a banda dos Bombeiros Voluntários faça sua apresentação.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori)(Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.  
 Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares.

(Pausa)  
 Na ausência do deputado Sargento Amauri Soares, com a palavra o próximo orador inscrito, deputada Angela Albino.

(Pausa)  
 Na ausência da deputada Angela Albino, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e sras. deputadas, quero cumprimentar de forma especial os deputados Reno Caramori e Valmir Comin por terem feito a solicitação da suspensão da sessão por dez minutos para que o prefeito de Lages, Renato Nunes de Oliveira, conhecido como Renatinho, que está neste Parlamento, fizesse o convite a todos os catarinenses para participarem da 24ª Festa do Pinhão, uma festa da qual todos os catarinenses se orgulham.

Quero comentar ainda, sr. presidente, a votação da PEC n. 0001, que deixou claro que os municípios que não possuem em seus municípios uma Corporação do Corpo de Bombeiros Militar possam criar uma Corporação de Bombeiros Voluntários, pois o mais importante é que cada cidade tenha um serviço de bombeiros para atender às emergências de todos os tipos.

Ainda temos 170 cidades que não possuem nenhum tipo de bombeiro e no meu entender, e fiz a mesma observação hoje pela manhã, a responsabilidade de propiciar segurança civil a toda sociedade é do governo.

Assim, ao aprovarmos essa PEC estamos dando condições para que os municípios que não possuem bombeiros possam reivindicar junto aos Bombeiros Militares a instalação de uma corporação. Em caso de impossibilidade, o prefeito poderá instalar o serviço dos Bombeiros Comunitários ou Voluntários.

Esta Casa hoje deu a grande oportunidade para que todos os municípios de Santa Catarina possam buscar junto ao governo do estado ou junto aos Bombeiros Voluntários a implementação do serviço de atendimento a emergências.

Parecia que hoje a Assembleia Legislativa votaria contra ou a favor de um grupo. Não, pelo contrário, votamos todos a favor dos catarinenses. A partir de agora essa PEC tramitará nas diversas comissões e certamente receberá inúmeras emendas, no sentido de melhorar ainda mais a possibilidade de que todos os catarinenses tenham mais segurança.

Sr. presidente, hoje fiz um pedido de informação ao secretário de Infraestrutura. Eu já sou deputado desde 1995 e há 15 anos falam em duplicar a BR-470, mas somente alguns trechos foram melhorados. No entanto, a verdadeira obra que deveria ter sido feita é a duplicação, mas ela não sai do papel, não acontece nunca.

No acesso à cidade de Gaspar, por exemplo, existe um trevo que funciona como uma roleta russa. Somente agora, alguns dias atrás, construíram o chamado trevo alemão, com uma baia no meio da pista para facilitar um pouco o acesso de quem vai de Gaspar a Blumenau ou de quem entra para Gaspar.

Existe também um viaduto sobre a BR-470, no trecho entre Blumenau e Massaranduba, que não dá para entender. Em vez de fazer o viaduto sobre a rodovia que vai de Blumenau a Massaranduba, fizeram a BR-470 passar por baixo. Então, na hora do pique, formam-se filas de cinco, seis quilômetros.

Por isso, é preciso saber quem autorizou a construção de um viaduto no sentido Blumenau/Massaranduba, justamente onde o movimento é muito menor, quando deveria ter sido feito no sentido da BR-470...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)  
 O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)  
 Cumprimentamos os bombeiros voluntários, os bombeiros militares e todos os que estiveram nesta Casa acompanhando a votação da PEC.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 10h, conforme calendário especial.

Está encerrada a sessão.

# ATOS DA MESA

## ATOS DA MESA

### ATO DA MESA Nº 082, de 01 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1919/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, à servidora **BERNADETE COELHO**, matrícula nº 1297, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei.

**Republicado por incorreção**

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 108, de 08 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0216/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, c/c art 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, a servidora **MIRIAN DAS GRAÇAS HERZMANN VIEIRA**, matrícula nº 1295, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

**Republicado por incorreção**

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 270, de 10 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** a servidora **REGINA MAURA SANTOS SOARES**, matrícula nº 1223, da função de Assessoria Técnica Administrativa - Apoio Operacional, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2012 (GP - Diretoria Geral).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 271, de 10 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** o servidor **ANGELINO SAVIO QUARTIERO**, matrícula nº 1376, da função de Chefe da Seção - Serviços Gráficos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2012 (DTI - Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 272, de 10 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** o servidor **ALEXANDRE MELO**, matrícula nº 2125, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefe de Seção- Serviços Gráficos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2012 (DTI - Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 273, de 10 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** o servidor **JONAS LEMOS CAMPOS**, matrícula nº 1521, da função de Chefe da Seção de Fotografia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2012 (DCS - Coordenadoria de Imprensa).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 274, de 10 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** a servidora **DIVA GUIMARÃES DE CERQUEIRA CINTRA**, matrícula nº 1366, da função de Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio e Planejamento de Eventos, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2012 (CGP/CE - Gerência Cultural).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 275, de 10 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** o servidor **ADIEL FERNANDES CIPRIANO**, matrícula nº 1449, da função de Assessoria Técnica-Administrativa - Manutenção de Equipamentos, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2012 (DTI/CSM - Gerência de Suporte Técnico e Manutenção).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 276, de 10 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DISPENSAR** a servidora **ZILÁ FALCK BORTOLINI**, matrícula nº 1959, da função de Assessoria Técnica-Administrativa - Redação Final e de Autógrafos, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2012 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 277, de 10 de maio de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** a servidora **RENATA ROSENIR DA CUNHA**, matrícula nº 6342, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Redação Final e de Autógrafos, código PL/FC 2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2012 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 278, de 10 de maio de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** o servidor **EDSON LUIZ DA SILVA AMORIM**, matrícula nº 1243, da função de Assessoria Técnica Administrativa - Apoio Técnico de Impressão, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2012 (DTI - Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 279, de 10 de maio de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** o servidor **EMIR JOSÉ DE SOUZA**, matrícula nº 2142, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Técnico de Impressão, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2012 (DTI - Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 280, de 10 de maio de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DESIGNAR** o servidor **DANIEL DOMINGOS DE SOUZA**, matrícula nº 6323, para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Manutenção de Equipamentos, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2012 (DTI/CSM - Gerência de Suporte Técnico e Manutenção).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 281, de 10 de maio de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0729/2012

**RESOLVE:** com fundamento no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 41 de 2003, c/c com a Emenda Constitucional nº 70, de 2012.

**REVISAR A APOSENTADORIA** por invalidez concedida pelo Ato da Mesa nº 202, de 16/10/2007, ao servidor **LUIZ OCTAVIO NEVES**, matrícula nº 20809, atribuindo-lhe a paridade, mantida a integralidade, nos termos da Lei, com os efeitos financeiros a contar de 29 de março de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 282, de 10 de maio de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0873/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, aplicando-se o contido no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, ao servidor **JOSÉ PAULO REBELO**, matrícula nº 1161, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

#### ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e cinco de abril de dois mil e doze, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Aldo Schneider, Darci de Matos, Luciane Carminatti, Manoel Mota, Neodi Saretta, Sargento Amauri Soares e Valmir Comin. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 9ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente colocou em votação os nomes dos Deputados que representarão seus respectivos partidos na Comissão Coordenadora, que dirigirá os trabalhos nas Audiências Públicas Regionais. A referida relação foi aprovada por unanimidade, ficando assim composta: Deputado

Valmir Comin - PP; Deputado Aldo Schneider - PMDB; Deputado Sargento Amauri Soares - PDT; Deputado Neodi Saretta - PT; Deputado Gilmar Knaesel - PSDB; Deputado Darci de Matos - PSD; Deputada Angela Albino - PC do B; Deputado Narcizo Parisotto - PTB e o Deputado Altair Guidi - PPS. O Senhor Presidente lembrou aos demais membros que as Audiências Públicas Regionais terão início no dia dois de maio em São Miguel do Oeste e Maravilha; dia três de maio em Chapecó; dia quatro de maio em Joaçaba e Caçador; dia quatro de junho em Canoinhas e Joinville; dia cinco de junho em Blumenau; dia seis de junho em Rio do Sul e Lages; dia onze de junho em Criciúma e Tubarão e dia vinte cinco de junho na Grande Florianópolis. Ressaltando a importância da participação dos Senhores Deputados nas referidas Audiências Públicas. O Senhor Presidente passou a palavra aos senhores Deputados para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Manoel Mota** relatou o PL/0058.8/2012, que estabelece norma suplementar sobre Direito Penitenciário, prevê a possibilidade de realização de exame criminológico no âmbito do Estado de Santa Catarina, posto em

discussão e votação, o Deputado Sargento Amauri Soares pediu vistas em gabinete, para examinar as emendas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe da Secretaria lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.  
Sala das Comissões, vinte e cinco de abril de dois mil e doze.

**Deputado MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

\*\*\* X X X \*\*\*

## AVISO DE LICITAÇÃO

### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2012

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE 34 LICENÇAS DE USO DO SOFTWARE DIGIFORT, PARA WINDOWS 2008 SERVER (SOFTWARE DE MONITORAMENTO E GRAVAÇÃO PARA CIRCUITO FECHADO DE TV BASEADO EM REDES TCP/IP DA ALESC), ATENDENDO NECESSIDADES DA COORDENADORIA DE SUPORTE E MANUTENÇÃO DA ALESC**

**DATA:** 24/05/2012 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 24 de maio de 2012. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).  
Florianópolis, 9 de maio de 2012.

Bernadete Albani Leiria  
Coordenadora de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIOS

### OFÍCIO Nº 094/12

Of. 024/12 São João do Sul, 26 de abril de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**, de São João do Sul - SC, referente ao exercício de 2011.

**Paulo Sérgio Cardoso Claudino**  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 09/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 095/12

Of. 04/12 Joinville, 27 de março de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Centro Evangelico de Educação e Cultura - CEEDUC**, de Joinville - SC, referente ao exercício de 2011.

**Claiton Ivan Pommerening**  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 09/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 096/12

Of. 2962/12 Blumenau, 23 de abril de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **ONG São Roque**, de Blumenau - SC, referente ao exercício de 2011.

**Gertrudes Terezinha H. Salm**  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 09/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 097/12

Of. 157/12 Joinville, 30 de abril de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais dos Excepcionais - APAE**, de Joinville - SC, referente ao exercício de 2011.

**Heloisa Walter de Oliveira**  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 09/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 098/12

Guaramirim, 19 de abril de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais dos Excepcionais - APAE**, de Guaramirim - SC, referente ao exercício de 2011.

**Gutemberg Lopes Guedes**  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 09/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 099/12

Blumenau, 09 de abril de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Coral Santa Cecilia**, de Blumenau, referente ao exercício de 2011.

**Egídio Moenster**  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 09/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 100/12

Blumenau, 23 de abril de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava**, de Blumenau - SC, referente ao exercício de 2011.

**Hellmuth Danker**  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 09/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 101/12

Rio do Sul, 07 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Comunidade Evangélica**, Rio do Sul - SC, referente ao exercício de 2011.

**Astrid Helga Oyck**  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 09/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 102/12

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Serviços Voluntários de Jaraguá do Sul - Bombeiro Voluntários**, Jaraguá do Sul - SC, referente ao exercício de 2011.

**Giorgio Rodrigo Damini**  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 09/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 103/12

Of. 07/12 Balneário Barra do Sul/SC, 03 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**, Balneário Barra do Sul - SC, referente ao exercício de 2011.

**Gilmar Silva**  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 09/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 104/12

Of. 050/12 Florianópolis, 03 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **União dos Escoteiros do Brasil**, Florianópolis - SC, referente ao exercício de 2011.

**Sido Gesses Júnior**  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 09/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 105/12

Of. 35/12 Caçador, 24 de abril de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos de Surdos de Caçador - APAS**, Florianópolis - SC, referente ao exercício de 2011.

**Marlise Fleck Roveda**  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 09/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 106/12**

Of. 029/12 Joinville, 02 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Joinvilense para Integração dos Deficientes Visuais**, Joinville - SC, referente ao exercício de 2011.

**Onízia da Silva**  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 09/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 107/12**

Of. 029/12 Araranguá, 22 de abril de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Instituição Espírita Casa da Fraternidade**, Araranguá - SC, referente ao exercício de 2011.

**Cátia S.G Hahn**  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 09/05/12

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 853, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JANETH ANNE DE ALMEIDA**, matrícula nº 4985, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Padre Pedro Baldissera - Caçador).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 854, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 018/2012.

Matr	Nome do Servidor	Função
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	Pregoeiro
1039	Victor Inácio Kist	Pregoeiro substituto
1998	Bernadete Albani Leiria	Equipe de apoio
2016	Carlos Henrique Monguilhott	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
0947	Valter Euclides Damasco	
0775	Adriana Lauth Gualberto	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 855, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DESIGNAR** a servidora **MARIA TEREZA FRANZONI ARAÚJO** matrícula nº 1093, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, CLARICE ROSA KUHLL, que se encontra substituindo a Chefia de Comissão Permanente, a contar de 06 de abril de 2012 até 04 de junho de 2012 (DL - CC - Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 856, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ALLAN RODRIGO ALCANTARA**, matrícula nº 6391, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de maio de 2012 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 857, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR VERA LUCIA CASTELLAIN**, matrícula nº 4179, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ana Paula Lima - Blumenau).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 858, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR RENATA ALVES CORDEIRO**, matrícula nº, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Manoel Mota - Araranguá).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 859, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR INDIANARA BERTOLDI DA SILVA**, matrícula nº, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza - Rio do Sul).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 860, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **JUCI MARA SANTOS TOMAIS**, matrícula nº 4690, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de maio de 2012 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 861, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JUCI MARA SANTOS TOMAIS**, matrícula nº 4690, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 10 de maio de 2012 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 862, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **MURILO SILVA**, matrícula nº 3649, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de maio de 2012 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 863, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MURILO SILVA**, matrícula nº 3649, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 10 de maio de 2012 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 864, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **OTANIR MATTIOLA**, matrícula nº 5704, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de maio de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 865, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR OTANIR MATTIOLA**, matrícula nº 5704, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 10 de maio de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch - Joinville).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 866, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **WILLIAM WOLLINGER BRENUVIDA**, matrícula nº 6946, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de maio de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 867, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR WILLIAM WOLLINGER BRENUVIDA**, matrícula nº 6946, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 10 de maio de 2012 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 868, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Sílvio Dreveck para o gabinete do Deputado Antônio Plínio de Castro Silva, a contar de 08 de maio de 2012.

Matrícula	Nome	Cargo
2968	EDGAR ANTONIO ROMAN	PL/GAB-75
4091	LUCIO MAURO BERNARDI	PL/GAB-52
4330	FERNANDA DE SOUZA VIEIRA BENEDET	PL/GAB-20
4978	JONIANDESON MENEZES	PL/GAB-75
5218	EGON BENTO BAUM	PL/GAB-58
5223	DORLI SCHWALBE	PL/GAB-66
5248	MARCO AURELIO GARCIA	PL/GAB-58
5427	CLAUDIO GADOTTI	PL/GAB-41
5582	DEISE MARIA PACHECO	PL/GAB-21
5495	PAULO GONCALO RONCONI	PL/GAB-59
5905	DOUGLAS FERNANDO GIL	PL/GAB-46
5910	PATRICIA CECHINEL BERNARDI	PL/GAB-40
6075	DANIELA DREVEK	PL/GAB-06
6412	RODOLFO ZALZWEDEL ESPÍNOLA	PL/GAB-44
6510	WANDER LUIZ DA SILVA	PL/GAB-45
6540	NELI SANTOS	PL/GAB-53
6688	SENILDO LINZMEYER	PL/GAB-40
6689	ALEXANDRE HENRIQUE SOUZA	PL/GAB-34
6759	EVERTON MARTINS	PL/GAB-32
6748	DALTON SOARES MENESES	PL/GAB-32
6860	ISRAEL ISAAC DA SILVA	PL/GAB-52
6934	ALEXANDRE FILOMENO FONTES FILHO	PL/GAB-56

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 869, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado a servidora **ROSANA BUNN**, matrícula nº 4251, do gabinete do Deputado Sílvio Dreveck para o gabinete do Deputado Antônio Plínio de Castro Silva, a contar de 08 de maio de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 870, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Silvio Dreveck para o gabinete do Deputado Antônio Plínio de Castro Silva, a contar de 08 de maio de 2012.

Matrícula	Nome do Servidor
4251	ROSANA BUNN
9126	MAYRA FERNANDA DOS PRAZERES MENEZES
3988	NILSON NELSON MACHADO

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 871, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Narcizo Parisotto para o gabinete do Deputado Daniel Tozzo, a contar de 08 de maio de 2012.

Matr	Nome do Servidor	Código e Nível do Cargo
3094	JAIR ANTONIO MIOTTO	PL/GAB-66
3108	CARLOS ALBERTO MAFRA TABALIPA	PL/GAB-64
3309	VALMOR NATAL CORDEIRO DOS SANTOS	PL/GAB-55
3430	ANDRE RICARDO DE SOUZA	PL/GAB-62
3436	CLAUDIOMIRO DOS SANTOS	PL/GAB-22
3531	MARIA MARLY LEITE	PL/GAB-59
3843	PAULO ROBERTO DALMOLIN	PL/GAB-43
3899	PATRICIA PAULA SABADINI MIOTTO	PL/GAB-65
4178	ÉVERTON LUIZ DE MATTOS RIBEIRO	PL/GAB-74
4679	MARCELO CESIO SOARES	PL/GAB-73
4969	JEAN EVANDRO LARA	PL/GAB-37
5691	VALDECIR VARGAS	PL/GAB-49
5884	ASSUERO ISOTON	PL/GAB-33
5947	ANTONIO CARDOSO	PL/GAB-23
5948	DENISE SILVA BARBOSA	PL/GAB-14
6766	BRUNO NORONHA BERGONSE	PL/GAB-22
6880	ANDRE LUIZ DE JESUS	PL/GAB-01
7009	ULYSSES CABRAL OLEGÁRIO DA COSTA	PL/GAB-53
7060	LAÍS NUNES MÁXIMO DE SOUZA	PL/GAB-01

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 872, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **JOÃO BATISTA PEREIRA**, matrícula nº 2132, do gabinete do Deputado Narcizo Parisotto para o gabinete do Deputado Daniel Tozzo, a contar de 08 de maio de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 873, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Narcizo Parisotto para o gabinete do Deputado Daniel Tozzo, a contar de 08 de maio de 2012.

Matrícula	Nome do Servidor
2132	JOÃO BATISTA PEREIRA

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 874, de 10 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0967/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento do servidor **ARNALDO FERREIRA DOS SANTOS JR**, matrícula nº 3252, quota de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 12% (doze por cento), a contar de 23 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 167/12**

Denomina Rodovia Dejandir Dalpasquale o trecho da Rodovia Estadual SC-455 que liga o Município de Abdon Batista ao Distrito de Ibicuí, no Município de Campos Novos.

Art. 1º Fica denominada Rodovia Dejandir Dalpasquale o trecho da Rodovia Estadual SC-455 que liga o Município de Abdon Batista ao Distrito de Ibicuí, localizado no Município de Campos Novos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Elizeu Mattos

Lido no Expediente  
Sessão de 09/05/12

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposição tem por escopo homenagear o senhor Dejandir Dalpasquale, político atuante na região, tendo sido eleito vereador, prefeito, deputado estadual e federal e senador pelo Estado de Santa Catarina. Ainda ocupou diversos cargos relevantes para a sociedade brasileira, foi Ministro da pasta da Agricultura, Presidente do BADESC e diretor Vice-Presidente do BRDE.

Para fins de instrução, nos termos da Lei Estadual nº 12.118, de 07 de janeiro de 2002, acostamos a presente proposta Certidão de Óbito e curriculum-vitae do homenageado, bem como, declaração negativa de denominação anterior do bem a ser denominado.

Deste modo, apresentamos a presente proposta e esperamos contar com a aquiescência e o apoio dos nobres pares.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 168/12**

Institui a Campanha Estadual de Conscientização e Combate à Automedicação, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída no Estado de Santa Catarina a Campanha Estadual de Combate à Automedicação.

Art. 2º Toda primeira semana de Abril será realizada a "Semana de Conscientização e Combate à Automedicação", onde ocorrerão, entre outros, os seguintes eventos: palestras de esclarecimento para a população; Propaganda em rádio e TV; Distribuição de folhetos informativos e explicativos na Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, na rede pública de ensino e de saúde.

Parágrafo único - Os eventos descritos neste artigo não estão limitados à "Semana de Conscientização e Combate à Automedicação", podendo os mesmos ser realizados a qualquer tempo.

Art. 3º Na execução desta lei, o Poder Público poderá firmar convênios e parcerias com entidades afins.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º As despesas decorrentes da implantação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde (SC), sala das Sessões, em,

Kennedy Nunes

Deputado Estadual - PSD

Lido no Expediente

Sessão de 09/05/12

#### JUSTIFICATIVA

A Automedicação é a administração de medicamentos sem orientação ou prescrição médica. No Brasil, ela é bastante comum. Não é raro encontrar alguém utilizando o mesmo remédio que o irmão ou vizinho tomou em caso, por exemplo, de gastrite, hipertensão, tratamento da obesidade, etc...

Prática comum no cotidiano das pessoas, a automedicação é a terceira causa de internação por alergia ou intoxicação aos medicamentos. Os principais vilões são os antiinflamatórios, analgésicos e antibióticos, alguns vendidos livremente sem receita médica.

*Sem condições financeiras de adquirir um plano de saúde ou procurar um médico particular, e encurralado pela ineficiência do sistema público de saúde que, geralmente, não resolve o problema em tempo hábil, as pessoas partem para o uso de medicamentos indicados por leigos. Porém, o baixo poder aquisitivo da população não explica, por si só, o fenômeno da automedicação, já que ela ocorre também nas camadas mais privilegiadas da sociedade. Várias outras hipóteses convergem na tentativa de explicar as causas desse comportamento. O estudo mostra que, se o paciente ficar satisfeito com o remédio, continuará comprando sem voltar ao médico*

*O alergologista Pedro Carneiro explica que, no Brasil, vários remédios, até mesmo antibióticos, são vendidos sem receita. "Além disso, tem o famoso 'boca-a-boca', em que alguém indica o remédio aos amigos e familiares. (...)*

*A conduta de se automedicar, embora muitas vezes seja explicada pela economia que se faz, pode sair mais cara, pois os remédios podem agravar doenças, mascarar sintomas e provocar efeitos colaterais danosos como, por exemplo, a intoxicação causada por alergia ao remédio.*

*No Brasil, por exemplo, a intoxicação por medicamentos é comum. Dados do Centro de Assistência Toxicológica (CEATOX) da Universidade de São Paulo (USP) apontam que dos 3211 casos de intoxicação registrados em 1998, 40% foram provocados por medicamentos.*

*Pedro Carneiro explica que a automedicação pode trazer sérios danos à saúde. "Vários são os riscos que se corre: o paciente pode ter alergia ao medicamento, o fármaco pode fazer com que as bactérias se tornem imunes ao mesmo e se o paciente possuir alguma doença que não tenha conhecimento, o problema pode ser agravado" (...).*

*(...) "Seja por questões financeiras ou pelo hábito de tentar solucionar os problemas de saúde corriqueiros, tomando por base a opinião de algum conhecido mais próximo, a automedicação é uma realidade e precisa de atenção especial. Por trás deste ato, aparentemente tolo e sem conseqüências, está um problema em potencial para a saúde. Portanto, é necessário alertar a todos que a administração de medicamentos errados ou, ainda, em dosagens inadequadas pode trazer conseqüências trágicas, que vão desde a indução à dependência até a intoxicação".*

Fonte de Informação:  
<http://www.pedrocarneiro.com.br/automedicacao.htm>

A proposta em questão institui campanha e nesse sentido visa fortalecer o processo educativo, fornecendo informações importantes para os cuidados com a saúde e os riscos da automedicação. Somente o processo educativo pode quebrar o ciclo da automedicação e confiar os cuidados à saúde aos profissionais específicos.

Nesse passo, o presente projeto pretende criar mecanismos de informação à população, alertando para os riscos da automedicação, motivo pelo qual conto com o apoio de meus Pares para sua aprovação.

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 014/12**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**  
**MENSAGEM Nº 575**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o projeto de lei complementar que "Altera o inciso II do art. 2º da Lei Complementar nº 417, de 2008".

Florianópolis, 08 de maio de 2012

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

**EM nº 50.1/GABS/SSP**

Florianópolis, 6 de janeiro de 2012.

Senhor Governador,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência o **Processo SSP 89534/2011**, contendo proposta de Projeto de Lei Complementar nº 417/2008, no que se refere à redistribuição de vagas dos cargos de Oficiais Médicos e Dentistas do Quadro de Saúde da Polícia Militar.

Segundo exposto pelo Comandante-Geral da Polícia Militar, no Ofício nº 793/Comdo-G/11, constante às fls. 02/03 dos autos, o Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar (QOS-PM) restringiu-se a um patamar muito inferior em relação às necessidades institucionais ao longo dos últimos anos, uma vez que as vagas fixadas na Lei Complementar nº 417, de 30 de julho de 2008, estão distribuídas de forma que pouco contribui para o fluxo natural do efetivo do quadro. A redistribuição pelos postos permitirá a inclusão futura de efetivo.

Diante disso, a proposição oferece as instituições militares remanejamento de cargos para aumentar o número de cargos de 2º Tenente e viabiliza maior acesso de Médicos e Dentistas à Corporação, mantendo-se o total do número de cargos de médicos e de dentistas existente hoje.

A proposta indica que não haverá aumento de despesa ao Estado, por se tratar de adequação legislativa.

O Processo foi instruído pelos **Pareceres nº 075/11** (fls. 04/06), da Assessoria Jurídica da Polícia Militar, e **1337/2011** (fls. 09/19) e **Inormação nº 329/2011**, da Consultoria Jurídica desta Pasta.

A minuta de Projeto de Lei Complementar segue por meio eletrônico, no endereço: [gemat@scc.sc.gov.br](mailto:gemat@scc.sc.gov.br).

Diante da matéria encontra-se em conformidade com a legislação pertinente, encaminho ao exame de Vossa Excelência referida minuta de Projeto de Lei.

Respeitosamente,

**César Augusto Grubba**

Secretário de Estado da Segurança Pública

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0014/2012**

Altera o inciso II do art. 2º da Lei Complementar nº 417, de 2008.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso II do art. 2º da Lei Complementar nº 417, de 30 de julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

II - Quadro de Oficiais de Saúde - QOSPM:

a) Médicos:

1. Tenente-Coronel Médico PM = 1;
2. Major Médico PM = 4;
3. Capitão Médico PM = 9;
4. 1º Tenente Médico PM = 11; e
5. 2º Tenente Médico PM = 15; e

b) Dentistas:

1. Tenente-Coronel Dentista PM = 1;
2. Major Dentista PM = 4;
3. Capitão Dentista PM = 7;
4. 1º Tenente Dentista PM = 8; e
5. 2º Tenente Dentista PM = 11;

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*